

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

CIRO GILMAR CAMPOS FILHO

COMUNIDADE FORA DO RÁDIO: ANÁLISE DE PROGRAMAÇÃO E CONTEÚDO
DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS DE CURITIBA

CURITIBA

2010

CIRO GILMAR CAMPOS FILHO

COMUNIDADE FORA DO RÁDIO: ANÁLISE DE PROGRAMAÇÃO E CONTEÚDO
DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS DE CURITIBA

Trabalho apresentado à disciplina de Trabalho de Conclusão de Curso IV como requisito parcial à conclusão do Curso de Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Toni André Scharlau Vieira

CURITIBA

2010

RESUMO

As rádios comunitárias são uma grande chance de promover a comunicação no âmbito local, com a discussão de temáticas que procurem alcançar melhorias no bairro. O estudo da programação e do conteúdo jornalístico das emissoras de Curitiba serve para compreender qual é o tipo de gênero radiofônico mais explorado e como está a inserção de informações locais nesses veículos. Para tais estudos foi escolhido o método de análise de conteúdo, tanto para dividir a segmentação das horas das programações entre os gêneros e também para quantificar a presença de conteúdo comunitário nas transmissões dos programas. Os resultados mostram uma grande predominância de veiculação de músicas em mais da metade da carga horária semanal de programação e, além disso, a existência de espaços vagos para programas. Já na segunda parte da análise, foi encontrada a pouca presença de informações referentes à comunidade que sedia a rádio, já que a maioria do conteúdo transmitido é lido diretamente de outras publicações da imprensa.

Palavras-chave: Rádio comunitária. Programação. Conteúdo Local. Jornalismo.

ABSTRACT

The communitaries radios are a great chance to promote the communication in the local ambit, with the discussion of themes that try to reach and bring improvements to the neighborhood. The study of the programming and the journalistic content of the Curitiba's station serves to understand which radio genre is the most showed and how is going the insertion of local information in these vehicles. For the studies was chosen the method of content analysis, not only to divide the segmentation of the programming hours between the genres but also to quantify the presence of communitary content in the transmission of the programs. The results show a great predominance of musical broadcasting in more than a half of the programming weekly hours and, in addition, the existence of empty spaces for programs. In the second part of the analysis, was found the low presence of information which refers to the community where the radio is located, so far that the majority of the content broadcasted is read directly from another press publications.

Key-words: Communitary radio. Programming. Local content. Journalism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
1. RÁDIOS COMUNITÁRIAS	6
1.1 Reflexões sobre a definição.....	8
1.2 Ser comunitária na prática.....	12
1.3 Rádio Comunitária x Rádio Comercial.....	15
2. HISTÓRICO DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS	16
2.1 Rádios Livres.....	20
2.2 Bertolt Brecht e o rádio comunitário.....	23
3. IMPORTÂNCIA DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS	25
4. DIFICULDADES DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS	31
4.1 Problemas burocráticos.....	36
5. PROGRAMAÇÃO E SEGMENTAÇÃO NAS RÁDIOS	39
5.1 GÊNEROS RADIOFÔNICOS.....	42
6. O RÁDIO COMO VEÍCULO COMUNITÁRIO	44
7. PANORAMA DA RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA	48
8. ANÁLISE DAS PROGRAMAÇÕES	50
9. PROGRAMAÇÕES DAS RÁDIOS COMUNITÁRIAS DE CURITIBA	55
9.1 RBN FM.....	55
9.1.1 Programação da RBN FM.....	57
9.1.2 Descrição dos programas da RBN FM.....	58
9.2 Curitiba FM.....	62
9.2.1 Programação da Rádio Curitiba FM.....	64
9.2.2 Descrição dos programas da Curitiba FM.....	65
9.3 Esperança FM.....	68
9.3.1 Programação da Esperança FM.....	70
9.3.2 Descrição dos programas da Esperança FM.....	72
9.4 RCB FM.....	74
9.5 Perfil da programação das rádios comunitárias de Curitiba.....	75
10. ANÁLISES DAS ATRAÇÕES JORNALÍSTICAS	77
10.1 Programa “Bom Dia Comunidade” – RBN FM.....	78
10.2 Programa “A Verdade Sem Medo” – Curitiba FM.....	81
10.3 Programa “Cajuru em Foco” – Esperança FM.....	85
11. CONSIDERAÇÕES FINAIS	87
12. REFERÊNCIAS	91
13. ANEXO	97

Introdução

A radiodifusão comunitária foi regulamentada no Brasil em 1998, como resultado de lutas de integrantes de rádios livres, que buscavam oficializar a atividade. Por terem um alcance limitado por lei a 1km de raio, esses veículos têm como objetivos a promoção do debate de assuntos locais, democratização da comunicação, incentivo à participação local e favorecimento do crescimento da comunidade em que estão sediados.

Pare se chegar a esses objetivos, as emissoras necessitam estabelecer planos e propostas, que passam também pela criação de uma programação que ao mesmo tempo atenda às necessidades locais e que seja atraente. A união desses dois fatores faz com que o público seja cativado a participar do processo comunicativo e a se identificar com o conteúdo transmitido.

Primeiramente o trabalho traz uma reflexão teórica da trajetória das rádios comunitárias, com o perfil, importância, dificuldades e também uma defesa da necessidade da programação para as emissoras, como forma de se atingir o público-alvo e os objetivos existentes na radiodifusão comunitária.

O presente trabalho possui na sequência dois estudos apoiados pela metodologia de análise de conteúdo para estudar as emissoras comunitárias de Curitiba. Primeiramente é apresentado o estudo das programações das rádios, com a quantificação e segmentação de cada uma das atrações transmitidas de acordo com uma divisão entre os gêneros radiofônicos. A abordagem seguinte é um levantamento aprofundado dos programas jornalísticos das emissoras para quantificar a presença de informações referentes ao contexto local em que o veículo se insere.

A intenção é identificar quais assuntos são abordados em cada um dos programas das emissoras e, além disso, quantificar a presença de conteúdo jornalístico e de informações voltadas para a área de cobertura da rádio.

1. Rádios Comunitárias

No Brasil, a radiodifusão comunitária foi regulamentada em 19 de fevereiro de 1998 pela lei nº 9.612. Esse serviço deve seguir as seguintes regras para funcionar:

Art. 1º Denomina-se Serviço de Radiodifusão Comunitária a radiodifusão sonora, em frequência modulada [FM], operada em baixa potência e cobertura restrita, outorgada a fundações e associações comunitárias, sem fins lucrativos, com sede na localidade de prestação do serviço. (BRASIL, 1998a, p. 11).

Ainda segundo a mesma Lei, essa baixa potência deve ser limitada ao atendimento da comunidade em que a rádio está sediada. A emissora não pode ter fim comercial, nem deve exceder a potência de 25 watts e a antena de transmissão não pode ter mais de 30 m de altura. O financiamento deve provir de doações e de apoio cultural, que conforme o site do Ministério das Comunicações¹ é a inserção de mensagens institucionais dos apoiadores, sem qualquer menção aos produtos e serviços. Outras verbas podem ser oriundas “de anúncios de comerciantes locais, doações das comunidades e do trabalho voluntário.” (VENTURA, 2003, p. 5-6). Mas isso não as deixa livre de pagarem impostos e taxas, principalmente de direitos autorais sobre a execução de músicas. (FAVARÃO, 2007, p.10).

De acordo com Bezerra (2006, p. 38-42), o veículo ainda deve estar sob a tutela de um Conselho Comunitário composto por no mínimo cinco pessoas de entidades da comunidade local. “A instalação e funcionamento de estação de rádio, sem a devida autorização é crime Federal, punido com a prisão dos responsáveis e apreensão dos equipamentos”. (p.42).

A programação deve ter caráter cultural e comunitário, além de estar voltada ao bairro e para a vizinhança em que está sediada.

Art. 4º As emissoras do Serviço de Radiodifusão Comunitária atenderão, em sua programação, aos seguintes princípios:

I - preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas em benefício do desenvolvimento geral da comunidade;

II - promoção das atividades artísticas e jornalísticas na comunidade e da integração dos membros da comunidade atendida;

III - respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família, favorecendo a integração dos membros da comunidade atendida; (BRASIL, 1998a, p. 11).

¹ Acesso em 30 set. 2010. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/radio-comunitaria/perguntas-frequentes>>

A mesma lei esclarece (1998a) que é vedado qualquer tipo de proselitismo nas programações, que deve estar assegurado o direito de expressão aos cidadãos e também a garantia de espaço para a divulgação de planos e realizações de entidades ligadas ao desenvolvimento da comunidade.

O Decreto nº 2.615 de 3 de junho de 1998, determina no artigo 9º que o Ministério das Comunicações deve ficar responsável pela indicação de parâmetros técnicos das estações, expedições de autorização para funcionamento e fiscalização das programações das emissoras. Já o artigo 10º trata das atribuições da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), ao afirmar que a mesma deve certificar os equipamentos, fiscalizar a utilização do espectro radioelétrico dessas emissoras, além de designar um canal específico no espectro radiofônico para a frequência das rádios comunitárias. (BRASIL, 1998b, p. 10). Gomes (2009, p. 169) explica que geralmente o canal atribuído para essas rádios é o 198, que corresponde à faixa de frequência modulada de 87,5 a 87,7.

O mesmo decreto (p.11-12) esclarece que as transgressões à Lei podem receber penalidades como advertência, multa e revogação da autorização em caso de reincidência. A cartilha de Radiodifusão Comunitária disponível no site² do Ministério das Comunicações explica que a Anatel não permite a existência de emissoras comunitárias com distância entre si inferior a 4km .

As entidades comunitárias somente terão a autorização para funcionamento quando apresentarem ao Ministério das Comunicações os seguintes documentos, como explica Gonçalves Júnior (2007, p.16-17):

- estatuto da entidade devidamente registrado;
- ata da constituição da entidade, em que conste a eleição de seus dirigentes;
- prova de que seus diretores são maiores de idade e brasileiros natos ou naturalizados, há mais de dez anos;
- declaração assinada de cada diretor, com o comprometimento ao fiel cumprimento das normas estabelecidas para a atividade da radiodifusão comunitária;

² Acesso em 25 set. 2010. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/radio-comunitaria/situacao-do-processo>>

- localização geográfica do local de instalação da antena transmissora da futura emissora de rádio comunitária, com as informações de latitude e longitude;
- Esses documentos devem ser entregues e protocolados junto ao Ministério das Comunicações em Brasília;

Para conseguir efetivamente a execução do serviço de radiodifusão comunitária, as associações precisam além desses documentos, passar pelas seguintes etapas, conforme detalha Gomes (2009):

- 1) Encaminhamento de formulário de “Demonstração de Interesse” pela entidade interessada para a sede do Ministério das Comunicações;
- 2) Publicação do “Aviso de Habilitação” no Diário Oficial da União, para tornar pública a indicação;
- 3) Após isso, está aberto um prazo de até 45 dias para que além da associação interessada, outra na mesma região possa se habilitar com a apresentação da documentação exigida;
- 4) Começa a seleção dos pedidos, com a análise dos documentos apresentados e autorização posterior, com a portaria subscrita pelo Ministro das Comunicações;
- 5) Emissão da licença para funcionamento, que depende do pagamento integral dos encargos à Anatel;

Conforme explica Silva (2008, p. 86), a elaboração da lei brasileira de radiodifusão comunitária foi resultado de diversas lutas das organizações da sociedade civil e pressão dos movimentos sociais para o reconhecimento legal de práticas comunicativas já existentes, como as rádios livres. Tais reivindicações se consolidaram no contexto nacional de busca pela democratização da comunicação. Entre 1996 e 1998, muitas das emissoras que entraram no ar tinham a intenção de pressionar a aprovação da regulamentação. Mais detalhes sobre o processo histórico serão explicados mais adiante.

1.1 Reflexões sobre a definição

Portanto, conforme explica Gomes (2009, p. 45), o texto da lei de 1998 foi recebido como uma possibilidade de se opor aos fenômenos de concentração dos veículos de comunicação. A partir de então foi aberto uma oportunidade para uma

forma alternativa de programação radiofônica, pois, segundo Peruzzo (2005b, p.5), passou a ser possível a participação ativa das pessoas da comunidade local nos programas e na gestão, criação e planejamento da emissora. Assim, originou-se um processo de comunicação popular que está orientado de acordo com as necessidades dos grupos e voltado para a mudança social. (*Id.*, 1998a, p.115).

A principal diferença trazida pelo novo tipo de veículo em comparação com emissoras comerciais é a descentralização do poder, participação democrática e a programação voltada aos interesses coletivos. Mas é necessário fazer a comunidade se conscientizar da potencialidade e a importância desse meio de comunicação. (LORENZON, 2009).

Nessa mesma linha, Peruzzo (1998, p.11) reforça que uma emissora para realmente ser comunitária deve se encaixar nos seguintes aspectos:

- Não ter fins lucrativos, pois os recursos arrecadados devem ser destinados para a manutenção e/ou reinvestimento e não para o lucro particular;
- Ser produto da comunidade e ter vínculo com a realidade local;
- Favorecer a participação do público;
- Incentivar as manifestações culturais locais;
- Compromisso com a educação e a cidadania;
- Procurar a democratização da comunicação;

As rádios comunitárias têm como princípio exercer a comunicação livre, verdadeiramente democrática, através de uma partilha cultural de saberes, políticas e artes, sem a mediação de chefes ou doutrinas políticas ou religiosas específicas. (BEZERRA, 2003, p.113)

Por mais que a regulamentação do serviço de radiodifusão comunitária tenha sido considerada um avanço, há reflexões de autores que reforçam a importância de dar mais atenção às características da emissora como veículo de comunicação comunitária e não tanto aos detalhes de potência e alcance. Como Cogo (1998), que ressalta a importância de privilegiar o objetivo de democratizar a palavra e tornar a sociedade mais democrática em detrimento a questões técnicas. “O mero atendimento às formalidades legais não garante, por si só, a legitimação jurídica do procedimento democrático que deve nortear a regulação institucional e o controle social dos serviços de radiodifusão comunitária.” (GOMES, 2009, p. 49).

A Lei 9.612 de 1998, todavia, não era exatamente “a resposta ideal” em termos de democratização das comunicações e ampliação do acesso à radiodifusão. Longe disso, na verdade, tratava-se de uma legislação restritiva, que dificultava – ao contrário de facilitar – o acesso às outorgas e o funcionamento das rádios comunitárias, algo que atendia perfeitamente aos interesses dos empresários de radiodifusão. (LIMA; LOPES, 2007, p.16)

Além disso, Silva (2008, p. 89) aponta uma falha na lei ao explicar que não estão regulamentados prazos e nem há detalhes sobre as etapas de tramitação dos pedidos de autorização. O resultado disso é uma morosidade que é alvo de muita reclamação das organizações e movimentos sociais. A autora revela que entre 1998 e 2003, segundo dados do Ministério das Comunicações, mais de 300 entidades de Santa Catarina manifestaram interesse em ter rádios comunitárias. Esse número é quase duas vezes maior do que o de emissoras comerciais em operação naquele estado. Mais informações sobre isso serão detalhadas adiante.

Lorenzon (2009, p.22-23) reforça essa opinião ao lembrar que além da demora na tramitação de autorização de funcionamento, as exigências de alcance e a falta de liberdade das emissoras comunitárias em relação às comerciais são um grande entrave. A autora ressalta que com base na lei, a Anatel e o Ministério das Comunicações protegem as rádios comerciais caso exista interferência na transmissão causada por alguma emissora comunitária, mas caso exista o processo inverso, nada está previsto.

Alguns questionam se a legislação [das rádios comunitárias] veio atender às demandas de um crescente contingente populacional que necessita e busca informação mais diretamente relacionada ao seu cotidiano de vida, se contribuiu para legalizar as emissoras alternativas já existentes ou se, na verdade, ela serve mais aos interesses pecuniários e corporativos dos conglomerados de comunicação. (BAHIA, 2008, p. 127).

Como será detalhado adiante, diversas rádios comunitárias são fechadas pela Anatel. Por sua vez, Gomes (2009) defende que a agência não possui competência para fechar rádios emissoras, uma vez que a apreensão de equipamentos não se encontra nas suas atribuições de trabalho. Outro fator a ser levado em consideração é que o serviço de radiodifusão comunitária é uma atividade que faz uso do direito à comunicação por meio da utilização adequada do espectro eletromagnético. O mesmo autor afirma que a fiscalização estatal nas rádios comunitárias só deveria intervir em casos excepcionais, quando houver violações a direitos fundamentais ao uso social da exploração.

(...) até o momento a fiscalização tem se concentrado mais na situação jurídica e técnica da emissora (se está ou não autorizada e se segue os padrões de potência e frequência) do que no cumprimento das finalidades do serviço e de sua programação. A fiscalização técnica do espectro – que cabe à Anatel (...) tem sido mais eficaz do que o acompanhamento da programação, que cabe aos Ministérios das Comunicações. Ou seja, até o momento, o Estado brasileiro tem sido mais eficaz em reprimir as experiências não autorizadas do que em reconhecer o direito expresso na lei e conceder a autorização. Somente entre 2003 e 2004, a fiscalização fechou cerca de 8.000 rádios no Brasil por não possuírem autorização. (SILVA, 2008, p. 92).

As limitações de alcance previstas em lei são questionadas por Gomes (2009, p. 172-173), ao afirmar que segundo estudos técnicos de engenharia, é impossível regular um mesmo alcance para todas as rádios comunitárias em todo o território nacional. Como o Brasil é um país com variadas condições de relevo, cada região possui condições e requisitos específicos para o funcionamento, pois uma transmissão na planície amazônica tem limitações físicas distintas de uma na Favela da Rocinha, no Rio de Janeiro-RJ, por exemplo.

Em outras palavras, a legislação restringe a comunidade a um espaço físico, impossibilitando a divulgação e a recepção de diferentes vozes e interesses nas emissoras. Questiona-se se a delimitação não visa exatamente impedir o intercâmbio de experiências e valores e a pluralização de vozes entre a população das comunidades. (BAHIA, 2008, p. 114).

Por conta desses problemas, o Ministério das Comunicações já criou por duas vezes Grupos de Trabalho para atender e discutir alterações no setor de radiodifusão comunitária. (BAHIA, 2008). Na primeira ocasião, em 2003, a equipe escolhida para tal trabalho foi alvo de críticas de entidades ligadas às emissoras, por ter na composição representantes da Associação Brasileira de Rádio e TV (Abert), considerada adversária dos interesses. O resultado obtido não foi satisfatório.

A segunda tentativa foi em 2005, quando o grupo teve a tarefa de analisar a situação da radiodifusão comunitária no Brasil, propor medidas para disseminar as emissoras, agilizar os processos e aperfeiçoar a legislação. Foram levadas em consideração sugestões da Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária (Abraço) e da Abert. O documento foi protocolado em 2006 e destaca a possibilidade de proteção, publicidade, aumento da oferta de canais, execução do serviço de radiodifusão comunitária de sons e imagens, entre outros.

Por conta de análises como essas, Lorenzon (2009, p.63-64), traz uma reflexão diferente da regulamentação ao realizar estudo em uma rádio comunitária

sediada em Itabuna-BA, onde a autorização para funcionamento da emissora é concedida pela prefeitura. Uma lei de 2001 elaborada pelo secretário municipal de educação considerou a comunicação um instrumento pouco usado como ferramenta educativa. Para corrigir isso, foi levantada a possibilidade da criação de uma rádio comunitária para atender tal finalidade.

Desde 2002 a “Rádio Elos” funciona no pátio de uma escola municipal, cuja direção conduz e supervisiona as transmissões. A programação tem o objetivo de ser educativa, com o privilégio a atividades educacionais e escolares para o desenvolvimento da comunidade. A autora analisou essa iniciativa:

Embora, para alguns, a lei local de Itabuna fira um dos principais aspectos norteadores da lei nacional de radiodifusão comunitária, a outorga (definida pelo poder municipal, e não pelo federal) e tenha como coordenação os colegiados escolares (e não uma associação ou conselho comunitário), a mesma estabelece um marco relevante no debate sobre a democratização do acesso à comunicação no município. As propostas de municipalização da outorga dos canais de rádios comunitárias no país são recentes e, por isso mesmo, possuem algumas deficiências decorrentes da falta de experiência no trato de tais situações. Há um novo paradigma no ar, nascendo nos pequenos e grandes municípios brasileiros, para a radiodifusão comunitária. A municipalização da radiodifusão comunitária pode ser a alternativa dos movimentos sociais para que os mesmos façam uso desses canais como instrumentos de mobilização social e desenvolvimento local. (p.65)

1.2 Ser comunitária na prática

A Abraço afirma em seu site³, que entende as rádios comunitárias como veículos de comunicação que não estão isolados no cenário político. Elas só fazem sentido quando são instrumentos de circulação das notícias, dos debates e das principais discussões de interesse das comunidades onde estão inseridas, bem como dos movimentos, das organizações sociais e de todos aqueles que não encontram o espaço nos meios de comunicação tradicionais.

Para ser realmente uma rádio comunitária, segundo Ghedini (2009, p.18), não basta ostentar esse título e ter os equipamentos necessários, mas sim ter um grupo de pessoas disponível a prestar serviço e ser reconhecido por uma comunidade. Silva (2008, p. 98) complementa que o uso do termo comunitário não pode estar preso apenas a critérios espaciais, mas deve estar atrelado a exemplos sociológicos de promoção de ação coletiva de uma comunidade. A mesma autora

³ Acesso em 27 set. 2010. Disponível em: <<http://www.abraconacional.org/>>

resume que uma rádio comunitária é aquela que tem baixa potência, alcance limitado para um ou alguns bairros e tem um processo de gestão constituído por um espaço de construção de consenso entre interesses coletivos e identidades, com o objetivo de contribuir para o bem-estar de localidade de atuação.

São comunitárias as rádios que asseguram a participação plural de amplos segmentos sociais de todos os matizes que compõem uma comunidade, entendida como grupo social, agregado por interesses, vivências e/ou não de um espaço geográfico comum, que participam de maneira organizada e decidem coletivamente os caminhos a serem trilhados pelo grupo, tendo voz ativa nos diferentes canais de participação necessários à estruturação da emissora, tais como vivências políticas, elaboração da programação e assim por diante. (NUNES, 2004, p. 61).

Peruzzo (2005b, p. 2-3) acrescenta que a rádio comunitária típica é aquela que a comunidade reconhece como sua e ao fazer jus a esse nome, ela certamente passa a ser reconhecida pelo trabalho desenvolvido. Ventura (2003, p. 4) afirma que para a Associação Mundial de Rádios Comunitárias (Amarc), o objetivo da rádio comunitária não é que ela faça algo pela comunidade, mas sim dar à comunidade a oportunidade de fazer algo por ela mesma, como ter o controle do seu próprio meio de comunicação, por exemplo.

Quando uma emissora promove a participação dos cidadãos e defende seus interesses; quando responde aos gostos da maioria e faz do bom humor e da esperança a sua primeira resposta; quando informa com verdade; quando ajuda a resolver os mil e um problemas da vida cotidiana; quando em seus programas são debatidas todas as idéias e todas as opiniões são respeitadas; quando se estimula a diversidade cultural e não a homogeneização mercantil; quando a mulher protagoniza a comunicação e não é uma simples voz decorativa ou uma propaganda publicitária; quando não se tolera nenhuma ditadura imposta pelas gravadoras, nem mesmo a musical; quando a palavra de todos voa sem discriminações ou censuras – essa é uma rádio comunitária. (VIGIL, 2003⁴, p. 506 citado por BAHIA, 2008, p. 35);

Além dessas definições, outros autores como Cogo (1998) consideram emissoras comunitárias os veículos de alcance local, como as rádios de alto-falante, também chamadas de rádio-poste. Essas últimas, conforme a mesma autora explica (1998, p.81), consistem na colocação de alto-falantes e caixas de som em pontos estratégicos de uma comunidade, para que um grande contingente de pessoas possa ouvir. Tal sistema não conta com uma frequência no *dial*, mas conforme explica Uribe (2004, p. 123), permite o ingresso de novos atores “ao cenário da

⁴ VIGIL, José Ignacio López. **Manual Urgente para radialistas apaixonados**. São Paulo: Paulinas, 2003.

propriedade e autogestão de um meio de comunicação, que, mesmo de caráter local e setorial, busca um espaço para refletir a democratização da comunicação e exercer seu direito.”

Cogo (1998) completa a ideia anterior e cita a existência uma forma de comunicação comunitária chamada cassete-foro, que consiste em um sistema bidirecional e grupal que utiliza gravadores e fitas cassetes para o intercâmbio de mensagens e o estabelecimento de um diálogo. Peruzzo (1998a, p. 257-258) resume as características principais de todos esses diferentes veículos de alcance local: programação comunitária, ausência de fins lucrativos, gestão coletiva, interatividade, valorização da cultura local, compromisso com a cidadania e democratização da comunicação.

No momento em que essas comunidades tiverem autonomia para exercer legitimamente a atividade de exploração das rádios comunitárias, tornar-se-á possível a participação dos indivíduos na elaboração coletivo da forma e do conteúdo da programação a ser veiculada. A rigor, essas experiências, quando bem sucedidas, podem constituir verdadeiros instrumentos de problematização de temas envolvidos com a formação de opinião e da vontade política coletivamente vinculante. (GOMES, 2009, p. 66).

Peruzzo (1998b, p.9) divide as rádios comunitárias em cinco tipos:

- 1) aquelas eminentemente comunitárias, sob responsabilidade de uma associação de moradores, que sobrevivem de apoio cultural, doações ou outras captações de recursos e que são responsáveis por gerir todo o processo comunicativo;
- 2) emissoras que prestam serviços comunitários, mas são controladas por poucas pessoas que dependem da rádio para sobreviver, por isso objetivam veiculação publicitária;
- 3) aquelas estritamente comerciais, com programação semelhante a das rádios convencionais e sem vínculo direto com a comunidade;
- 4) rádios de cunho político-eleitoral que fazem campanhas de forma “disfarçada” a determinados candidatos;
- 5) Emissoras ligadas a alguma igreja e que têm uma programação predominantemente religiosa;

1.3 Rádio Comunitária x Rádio Comercial

Certos autores fazem questão de deixar claro que as rádios comunitárias não fazem parte de um movimento oposto ao das comerciais. Conforme Coelho Neto (2002, p. 68), essas emissoras de pequeno alcance são fruto dos espaços deixados pelas de grande porte, que geralmente não se ocupam a servir pequenas comunidades. Assim, surge um veículo destinado a um público diversificado que não é abrangido pelos meios de comunicação maiores, que não se ocupam das especificidades dos pequenos grupos. Porém essas comunidades, quando somadas, representam um universo considerável.

Fadul (1982, p. 30) afirma que ao aceitar essa visão dualista de comunicação, que opõe de um lado um setor moderno e multinacional a um tradicional enraizado nas tradições locais, fica impossível a compreensão de que cada uma dessas formas de comunicação pode representar em determinadas situações concretas. Para Festa (1982, p. 177-178), é a origem que define os objetivos de um certo tipo de comunicação e faz as características serem diferentes. A autora exemplifica que em comparação com a comunicação de massa, a popular pertence a classes subalternas e é participativa.

É necessário lembrar o papel da mídia convencional no espaço público. Essa consideração, conforme Bahia (2008), evita olhar a comunicação comunitária de forma romantizada, idealizada e fora do contexto da comunicação midiática, uma vez que ambas as formas se interpretam de forma dinâmica e dialética.

Esses dois tipos de veículos são complementares e não mutuamente excludentes, como explica Peruzzo (1998a). Os grandes meios de comunicação têm grande importância no campo do divertimento e da informação, mas não cumprem as necessidades das pequenas comunidades e dos movimentos sociais organizados.

A comunicação popular constitui um espaço democrático e participativo. Isto significa que os sujeitos tradicionalmente excluídos da tomada de decisões, cheguem a tomar entre suas mãos os espaços sociais a que estão dedicados; onde não existam emissores “especializados” ou consagrados por razões de prestígio; onde finalmente se criam novas formas e novos conteúdos [...]. (MERINO UTRERAS⁵, 1988, p. 19, citado por VOLPATO, 2009, p. 5).

⁵ MERINO UTRERAS, Jorge. **Comunicación popular alternativa y participatoria**. Quito: CIESPAL, 1988. (Manuales didácticos).

2. Histórico das rádios comunitárias

Antes da regulamentação do serviço de radiodifusão comunitária em 1998, o veículo passou por muitas transformações. Ferraretto (2000) explica que as pesquisas com ondas eletromagnéticas e eletricidade começaram por volta de 1830. Desde então os aprimoramentos garantiram que em 1906, nos Estados Unidos, acontecesse a primeira transmissão de sons sem fios. Nas duas primeiras décadas do século XX o novo veículo cresceu e se popularizou.

Há relatos de que no Brasil, o pioneiro da transmissão das ondas de rádio foi o padre Roberto Landell de Moura. Em São Paulo, nos anos de 1883 e 1884, ele teria feito as primeiras emissões, porém não teve prova documental. (KLÖCKNER, 2010, p. 459).

Segundo os relatos oficiais, a primeira transmissão radiofônica foi realizada no Brasil em 1922, quando se comemorava os 100 anos da independência. Um ano depois foi fundada a primeira emissora regular, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro. Um aspecto ressaltado por Gomes (2009, p. 78-79) é que as primeiras rádios no Brasil surgiram com o caráter comunitário, como as rádios-clubes.

Entre os anos 1940 e 1955 o Brasil viveu a época do apogeu do rádio, com atrações voltadas para o entretenimento, principalmente programas de auditório e radionovelas. O radiojornalismo ganhou força principalmente ao noticiar acontecimentos durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Na segunda metade da década de 1950 o rádio entrou em declínio por causa da ascensão da televisão. (FERRARETTO, 2000).

Um dos motivos para isso é apontado por Barbosa Filho (2009), pois o rádio foi regulamentado em 1932 pelo presidente Getúlio Vargas, como um veículo de serviço nacional e de finalidade educativa. Isso fez com que a programação das emissoras da época, que até então era elitista e sofisticada, passasse a ser popular. Tal processo atraiu também mais anunciantes e investimentos, o que possibilitou a modernização das rádios.

Nessa nova fase houve uma intensa profissionalização dos locutores e uma melhoria na linguagem e na apresentação dos programas. Assim, os anos 1940 ficaram conhecidos como o apogeu do rádio brasileiro. Nessa mesma década começa a vigorar o programa jornalístico “Repórter Esso”, que teve grande sucesso.

Outro acontecimento importante foi a invenção do transistor. A peça possibilitou aos ouvintes acompanharem as transmissões em qualquer lugar, sem a necessidade de ligações com a tomada e fez do rádio um veículo portátil.

As rádios comunitárias e os demais meios alternativos de comunicação surgiram a partir da década de 1960 em um contexto de insatisfação dos movimentos sociais com a falta de liberdade de imprensa. (COGO, 1998, p.39). Machado, Magri e Masagão (1986) afirmam que esses veículos começaram a operar diante da necessidade de transformar a comunicação de um fenômeno de mão única para um sistema de via dupla. “O princípio norteador das rádios livres é fazer com que o ‘ouvinte’ se sentisse dentro e participante de um movimento”. (p.30).

Originados no fenômeno de rádios livres nos países da Europa, principalmente Itália e França, nos anos 1970, elas representaram no Brasil meios alternativos de comunicação como reação ao favoritismo político existente na concessão de canais de rádio e televisão. (VENTURA, 2003, p.2).

O movimento das rádios livres começa na Itália, em 1975, visando perfurar o monopólio estatal das telecomunicações, através de emissões de rádio ilegais ou não autorizadas. Nasceram no bojo de movimentos políticos contestatórios e estimulam as pessoas a passar da condição passiva de ouvintes para a de agentes ativos de seus discursos e a colocar no ar as suas idéias, os seus prazeres, as suas músicas preferidas, sempre precisar de autorização para isso. As faixas de onda são consideradas propriedade coletiva e cabe à coletividade usufruir delas. (CUNHA, 2005, p. 210-211).

Peruzzo (1998b, p.6) relata que o uso de ferramentas radiofônicas para fim comunitário como o sistema de alto-falantes já é antigo no Brasil. O primeiro registro de uma experiência desse tipo foi em 1948, no Espírito Santo para divulgar promoções de uma loja. Nos anos 1980 houve um ressurgimento desse tipo de comunicação.

Ghedini (2009) afirma que a primeira emissora comunitária no mundo foi a Rádio Sutatenza, que começou a operar em outubro de 1947 na província de Boyacá, na Colômbia, para uma população de 8 mil camponeses. A iniciativa foi do padre José Joaquim Salcedo. A programação incluía temas como higiene, leitura, escrita, saúde e mensagens de reconhecimento da dignidade pessoal. O projeto deu certo e foi copiado por emissoras em Honduras, Nicarágua, El Salvador, Peru e Bolívia, onde as rádios mineiras e sindicais tiveram um papel importante. Esses

veículos eram participativos, sob o controle de comunidades de trabalhadores de minas, que tinham a liberdade de fazer críticas às autoridades ou aos sindicatos.

Essas rádios enfrentavam lutas para se manter em funcionamento, por conta do conteúdo de protesto veiculado. A partir dos anos 1980, com o declínio da atividade mineradora, as emissoras também entraram em decadência. Machado, Magri e Masagão (1986) contam que as emissoras bolivianas começaram a eclodir principalmente em virtude do movimento revolucionário de 1952. Em 1963, já existiam 23 rádios no país, as quais se concentravam em 20% do território.

As práticas de comunicação popular, comunitária e local, não surgem de maneira isolada senão integradas com uma realidade específica, demarcada pelo contexto social, político, econômico e cultural; o que as configura de uma maneira e não de outra. Daqui a importância de não perder de vista o caráter estrutural e histórico de um processo de comunicação, de estudar as condições de sua emergência, de reconhecer seu caráter complexo e multidimensional, e de superar a falta autonomia de que às vezes dota-se à problemática da comunicação. (URIBE, 2004, p. 129).

Por volta dos anos 1950 começam a surgir em diferentes pontos da América as primeiras emissoras comunitárias participativas, principalmente na Colômbia e nos Estados Unidos. Os veículos levam diferentes nomes, como rádio popular, comunitária, educativa, rural, local e pública. Em comum entre essas inovações está a Igreja Católica como fomentadora das experiências, principalmente as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs). (COGO, 1998, p. 57). Entende-se por CEBs os “pequenos grupos organizados em torno da paróquia (urbana) ou da capela (rural), por iniciativa de leigos, religiosos ou bispos.” (BETTO⁶, 1981, citado por FESTA, 1982, p. 177).

[..] nas décadas de 1960 e 1970, as emissoras independentes e com base popular multiplicaram-se em outros países da América Latina e no Caribe. A motivação era a resistência às ditaduras que brotavam como praga no continente. Naquele contexto, a exemplo do que ocorreu com a Pio XII, na Bolívia, muitas rádios católicas evoluíram de objetivos religiosos e educacionais para uma programação ligada à luta pelas liberdades e por justiça social. Em 2001, havia mais de 300 delas no ar. (GHEDINI, 2009, p. 42).

Até os anos 1990 o movimento pela radiodifusão comunitária continuou a se fortalecer pelo Brasil, apesar de campanhas de criminalização promovidas pela Associação Brasileira de Rádio e Televisão (Abert). No Encontro Nacional de Rádios

⁶ BETTO, Frei. **O que é comunidade eclesial de base**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

Livres de 1991 foi elaborada uma proposta de regulamentação das rádios, incorporada ao Projeto de Lei de Informação Democrática (LID) e encaminhada ao Congresso Nacional. Em 1995 acontece no Rio de Janeiro-RJ o 1ª Encontro Nacional de Radiodifusão Comunitária e Livre, em que passou a se adotar a conceituação desses veículos como aqueles que não têm fins lucrativos, operam em baixa frequência, servem à comunidade, têm gestão pública e programação plural. No ano seguinte foi criada a Abraço. (GHEDINI, 2009, p. 42-58).

[...] a comunicação envolvendo os setores populares esteve geralmente vinculada a propostas de transformar os processos da comunicação social para que as classes e grupos dominados também pudessem se expressar. Essa comunicação surgiu e esteve inserida nos movimentos sociais que tentavam (e tentam) dar resposta aos processos de dominação política, econômica e cultural. Ou seja, ela inclui um projeto ou movimento de luta política. É uma comunicação que está mais relacionada aos problemas e necessidades que dá conta, à capacidade de agrupação e aglutinação de pessoas do que à potência e ao tipo de meios usados ou à quantidade de informações que divulga. (SILVA, 2008, p. 40).

As rádios comunitárias se consolidaram, na maioria dos casos, em pequenos municípios de até 25 mil habitantes, onde inexistiam veículos de comunicação. Mas nessas cidades havia a atuação de movimentos sociais que possuíam uma gestão com espaços de decisão coletiva. (SILVA, 2008, p. 253).

Essas e outras ações levaram a aprovação em 4 de dezembro de 1996 na Comissão de Educação, Ciência e Tecnologia da Câmara dos Deputados do substitutivo do Projeto de Lei nº 1.521/96, que instituía o serviço de radiodifusão comunitária. (PERUZZO, 1998a, p. 254). Até que em 1998 foi regulamentado esse tipo de transmissão.

Rádios e televisões livres constituem a melhor resposta de uma sociedade democrática aos conglomerados e monopólios, bem como ao seu poder de concentração e comando. Elas se dirigem a segmentos específicos da população, oferecendo transmissões diferenciadas, voltadas às aspirações de cada estrato social, de cada comunidade ou de cada grupo cultural. Sua programação tende a ser diversificada na mesma amplitude da diversidade do público, ao contrário das rádios e televisões comerciais que, por força de suas ambições hegemônicas, só se podem dirigir à média indiferenciada e amorfa dos cidadãos abstratos. (MACHADO; MAGRI; MASAGÃO, 1986, p. 21).

Diante do panorama atual de dificuldades enfrentadas por essas emissoras, que será descrito mais adiante, uma ferramenta muito utilizada é a internet. Dessa

forma, a programação pode ser ouvida e acompanhada por internautas que estejam em qualquer lugar do mundo. (BEZERRA, 2006).

2.1 Rádios Livres

Cabe ressaltar que a principal diferença entre rádios comunitárias e livres é que estas entram no ar e ocupam um espaço no *dial* sem ter concessão e autorização legais⁷. Por isso são consideradas irregulares e costumam ser chamadas de clandestinas ou piratas. (PERUZZO, 1998b, p. 2). Já Machado, Magri e Masagão (1986) também classificam as rádios em piratas e periféricas. As primeiras são oriundas de um fenômeno inglês dos anos 1950⁸, em que as emissoras eram instaladas em barcos que tinham no mastro uma bandeira pirata. O objetivo era comercial, as rádios recebiam verbas publicitárias e tocavam músicas do estilo radiofônico americano, geralmente pop, em contraponto às canções clássicas transmitidas em outras emissoras. Uma das rádios de mais sucesso, a “Caroline”, por exemplo, chegou a ter 28 milhões de ouvintes entre 1964 e 1968. Ela saiu do ar diversas vezes e chegou a ter audiência maior do que as três emissoras da BBC juntas. (GHEDINI, 2009). Já as periféricas levavam esse nome por terem como sede localidades de outros países, fora do território nacional.

Coelho Neto (2002, p.51-52) conta que a Rádio Caroline foi criada por estudantes para protestar contra o monopólio de radiodifusão da *British Broadcasting Corporation* (BBC). A emissora foi instalada em um barco situado a 12 milhas marítimas da costa, ou seja, fora dos controles territoriais. A programação buscava ser diferenciada. Como deboche, os idealizadores colocaram no mastro da embarcação uma bandeira pirata, que fez a expressão e a ideia do movimento ser conhecidas pelo mundo.

Apesar de algumas rádios livres serem resultado de ideias sem maiores pretensões políticas, no conjunto representam a luta pela democratização dos meios de comunicação e uma tentativa de liberdade de expressão. (PERUZZO, 1998a, p.

⁷ Bahia (2008) considera que tanto as rádios livres quanto as comunitárias não têm autorização do governo para funcionar. A diferença é que as primeiras têm transmissões diferenciadas para determinados segmentos, já as comunitárias possuem gestão pública, sem fins lucrativos e objetivam o desenvolvimento social.

⁸ As datas referentes aos acontecimentos importantes da rádio livre são por vezes divergentes entre as bibliografias consultadas.

245). Conforme explica Ortriwano (1985, p. 34), essas emissoras buscam a apropriação coletiva dos meios, ao apresentarem uma mensagem alternativa que não tem como objetivo principal as grandes massas, mas sim as minorias e grupos marginalizados na sociedade.

O que dá às rádios livres um aspecto ruidoso, capaz de desconcertar o ouvinte eventual, não é tanto a precariedade dos meios técnicos, mas principalmente o seu empenho em dar a palavra a interlocutores 'menores', fazer falar acentos locais e sotaques plebeus, em contraposição ao recitativo uniforme e padronizado das emissoras convencionais. O que elas visam, enfim, é introduzir nas antenas a palavra viva, cheia de força, indecisão e desejo. (MACHADO; MAGRI; MASAGÃO, 1986, p. 32).

Historicamente essas emissoras são criadas por amantes do rádio que, apesar de não terem autorização para funcionar, entram no ar mesmo com os riscos de serem submetidos aos rigores da lei das telecomunicações, como a prisão de quem operar esse veículo, além de lacrar e apreender os transmissores. (PERUZZO, 1998b, p. 2).

Sobre as rádios livres, Guattari (1986, p. 12) escreve que elas são um instrumento de experimentação da democracia. Esses veículos só tomam sentido quando fazem parte de agenciamentos coletivos de expressão de amplitude não muito grande.

Bezerra (2006, p.32) também considera esse tipo de veículo como importante para a pluralidade de informações, algo significativo em um regime democrático. Ferraretto (2000, p. 187-189) conta que as rádios livres ganharam espaço nos anos 1970 e 1980, principalmente com características políticas. Na década seguinte aumentou a quantidade dessas emissoras, o que favoreceu a criação da lei que regularizou o serviço de radiodifusão comunitária em 1998.

Tendo como origem o fenômeno de rádios livres nos países da Europa, sobretudo Itália e França, nos anos 1970, as rádios livres no Brasil representaram meios alternativos como reação natural ao favoritismo político existente na concessão de canais de rádio e televisão. Foi nesse contexto de implantação de rádios livres em várias partes do país que nasceu e se desenvolveu o movimento de rádios comunitárias. Na década de 1990, multiplicaram-se as rádios livres e comunitárias pelo país, impedindo uma fiscalização mais rígida e também o controle da quantidade de emissoras em operação. (FAVARÃO, 2007, p.1).

Na década de 1990, Nunes (2004, p. 64) diz que mudanças ocorreram nesse movimento. As rádios livres passaram a ser chamadas de comunitárias e o

perfil das pessoas que detinham a iniciativa desses veículos não era mais de jovens amantes da tecnologia moradores, na maioria, do Sul e Sudeste do país. A ideia se espalhou pelo Brasil e passou a envolver iniciativas de movimentos sociais, culturais e populares, e emissoras promovidas e financiadas por políticos, comerciantes e religiões. Gomes (2009, p. 129) conta que por se intitularem como representantes comunitários da radiodifusão livre, os locutores acabaram por ajudar a fixação do termo “rádio comunitária”.

Essas experiências de comunicação alternativa estavam voltadas a um desenvolvimento democrático e questionavam o panorama comunicacional da época. Com o tempo, essa forma de atuação dos anos 1970-80 mudou. Segundo estudo de Silva (2008) nas rádios comunitárias de Santa Catarina, atualmente os meios populares incorporam várias reivindicações de segmentos sociais, mas continuam com o princípio motivador de conscientizar e formar para que o indivíduo conquiste a cidadania.

Assim, toda a práxis – teoria e prática – da comunicação popular no Brasil representa uma conquista muito expressiva para os setores que dela se servem, num amplo processo político-educativo de participar de forma igualitária, nas decisões que a afetam (...). Contudo, ela não se constitui numa força predominante nem hegemônica na sociedade civil, mas está cooperando para a democratização desta e da comunicação como um todo. (PERUZZO, 1998a, p. 158).

Outro exemplo de atuação das rádios livres em contextos específicos é dado por Peruzzo (1998a, p. 231-240), que destaca a importância delas na Revolução Sandinista na Nicarágua, em 1979, em um processo de transformação política em El Salvador, no começo dos anos 1980, e na Revolução Cubana, em 1958.

Ghedini (2009) narra a história da primeira rádio livre instalada no Brasil, a “Paranóia FM”, em Vitória-ES, que foi criada por dois adolescentes, em 1971. A experiência durou pouco tempo e logo foi reprimida pelas autoridades do então governo militar. A partir de 1976 começam a surgir no Estado de São Paulo diversas emissoras com essa mesma característica. O auge disso foi em 1982, na cidade de Sorocaba-SP, quando acontece o fenômeno chamado de “O verão das rádios livres”, com a existência comprovada de 43 emissoras no ar, com o destaque para a “Xilik”. Tais fatores levaram a criação da Cooperativa dos Rádio Amantes e o consequente fortalecimento do movimento, como os Encontros Nacionais de Rádios Livres em 1989, 1990 e 1991. De acordo com Favarão (2006, p. 14-15), em 1990,

com a criação do Comitê pela Democratização da Comunicação e a organização de fóruns nos anos seguintes, a discussão sobre a criação de lei para a radiodifusão comunitária foi um tema bastante explorado.

O exercício político da veiculação de programação subversiva pelas rádios comunitárias constituía-se não somente como bandeira ideológica de oposição ao governo militar. Ao se posicionarem como abertamente contrária à herança estatista, nacionalista e patrimonialista das políticas públicas destinadas aos serviços de telecomunicações em geral, essas práticas cívicas apontavam para novas formas de controle normativo e social da radiodifusão. (GOMES, 2009, p. 134).

Ao contrário da América Latina, na Europa a luta pela radiodifusão comunitária foi contra o monopólio estatal do setor. Além das rádios livres britânicas, destacou-se a “Rádio Alice”, sediada em Bolonha, na Itália. Ela tinha uma linha de atuação política, baseada no objetivo de propiciar o exercício direto da democracia e vinculada a movimentos sociais e políticos. (GHEDINI, 2009).

Conforme Machado, Magri e Masagão (1986), nas cidades italianas nessa época, havia um excesso de rádios na mesma frequência e com programação parecida. O fim das rádios livres na Europa se deu com a legalização, pois as mesmas não estavam preparadas para isso. Na Itália a abertura à publicidade prejudicou as rádios alternativas, que por serem mais modestas não conseguiram enfrentar a hegemonia do capital. Já na França, a legalização deu ênfase à representação político-partidária, ao poder local e aos órgãos sindicais e corporativos, o que dissolveu emissoras não vinculadas a essas representações. Não por acaso, essas rádios eram as mais significativas do movimento.

Portanto, tais trajetórias descritas possibilitaram a identificação das rádios com a população vizinha e criou a vontade coletiva de oficializar esse veículo como um meio de comunicação daquelas localidades.

2.2 Bertolt Brecht e o rádio comunitário

O dramaturgo e ensaísta alemão Bertolt Brecht escreveu entre 1927 e 1932 o texto “Teoria do Rádio”, em que identifica as potencialidades do veículo como detentor de uma função social e defende a existência dele como uma forma de propiciar a participação também do receptor da mensagem.

O rádio seria o mais fabuloso meio de comunicação imaginável na vida pública, um fantástico sistema de canalização. Isto é, seria se não somente fosse capaz de emitir, como também de receber; portanto, se conseguisse não apenas se fazer escutar pelo ouvinte, mas também pôr-se em comunicação com ele. (BRECHT, 2005, p. 42).

Diversos autores que realizaram estudos na área do rádio depois de Bertolt Brecht, como Machado, Magri e Masagão (1986, p. 26), completam que o fenômeno das rádios livres comprovou a Teoria do Rádio. O motivo disso é que passou a ser possível haver um diálogo entre emissor e receptor da mensagem, de formar a acabar com o monopólio do discurso.

Outra a escrever sobre isso é Zucoloto (2005, p. 53-54), que afirma com base nas interpretações dos escritos de Brecht ser possível sugerir uma programação radiofônica diferente, com a participação da sociedade. Para isso, é preciso submeter a comunicação ao controle público e construir um veículo transmissor dos interesses, necessidades e anseios da sociedade em que está inserido. Ela ressalta que os estudos de Brecht estão ainda em mais destaque, pois atualmente o rádio deixa claro que necessita não ser apenas um veículo de transmissão, mas também de promoção da expressão e alinhado às novas tecnologias.

(...) o dramaturgo [Brecht] foi um dos primeiros pensadores a perceber o papel estratégico do então novo veículo e em especial, um dos precursores na identificação das imensas potencialidades de comunicação do rádio (...) o pensador já clamou pelo uso do veículo de forma a proporcionar a democratização da comunicação. Neste caso, mais especificamente pela democracia nas ondas radiofônicas, através do cumprimento, por parte destas, da sua função social de produzir uma comunicação voltada ao interesse público. (*Id.*, p. 48).

3. Importância das rádios comunitárias

As rádios comunitárias adotam uma linha de trabalho afinada com os interesses dos ouvintes, que são os moradores da comunidade. Elas servem como canal dos anseios populares e buscam, dessa maneira, a solução de problemas do bairro. (FERRARETTO, 2000, p. 62). Ghedini (2009) explica que elas traduzem no cotidiano das transmissões a promoção da interatividade entre os produtores e receptores da mensagem e fazem o ouvinte ter um papel ativo no processo da comunicação. Com elas a comunidade ganha um novo status ao se identificar com a emissora e se tornar público dela mesma. Os problemas locais passam a ser discutidos pelas ondas sonoras, que também são úteis em campanhas de utilidade pública e para o desenvolvimento social, humano e econômico da localidade.

Dirigida a um público de baixa renda, identificada com sua cultura, esta seção radiofônica torna realizável para uma determinada fatia da população aquilo que poucos conseguem nas grandes emissoras, seja o anunciante da padaria, do açougue que jamais veria seu anúncio e suas ofertas popularizadas, assim como a adolescente que dificilmente teria condições de passar sua mensagem de aniversário para o irmão ou namorado. (COELHO NETO, 2002, p.67).

Peruzzo destaca a importância de rádios e de outros experimentos da comunicação popular na edificação de uma cultura e educação democráticas, ao ajudar no conhecimento, resgate e valorização das raízes do povo. O motivo disso é o espaço dado para a manifestação. (1998a, p. 302).

(...) as rádios comunitárias funcionam como um importante canal de interação e participação popular, que parece contribuir para a criação de esferas públicas específicas, onde as comunidades a que se referem, encontram um espaço de atuação, relacionado à sua vida cotidiana. Estas rádios podem possibilitar, assim, a inserção social, ao oferecer um espaço à comunidade para se expressar quanto aos seus interesses locais, como também para se buscar conjuntamente a solução para os problemas da comunidade (TEIXEIRA, 2004, p. 259-260).

Essa oportunidade de espaço para manifestação de opinião são difíceis de conseguir nas emissoras comerciais. Nelas, conforme explica Ortriwano (2008, p. 58), a participação dos ouvintes é na maioria das vezes em questões que envolvem prêmios, pedidos de música e depoimentos que explorem a emoção das situações ruins vividas por ele. Tais participações são controladas pelo emissor. O ouvinte só

participa como fonte de alimentação ou realimentação do sistema, pois só passa a fazer parte quando atende aos interesses desse mesmo sistema.

Por isso as rádios comunitárias são uma grande ferramenta para as localidades que buscam espaço na mídia e esses veículos têm uma presença significativa no Brasil. Ghedini (2009, p. 16-17) cita um levantamento divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em setembro de 2007 que mostra a presença desse tipo de emissora em 2.704 municípios brasileiros, o que corresponde a 48,6% do total de unidades existentes no país. Algumas dessas localidades têm apenas uma emissora de rádio, que em certos casos é justamente a comunitária. O mesmo levantamento mostra que 1.908 municípios brasileiros têm rádios comerciais ou educativas FM e 1.180 têm rádios AM. Se a comparação levar em conta a presença de jornais diários e provedores de internet as rádios comunitárias também levam vantagem. Municípios com os veículos impressos são 2.048 e com provedores de internet são 2.537. De acordo com o site⁹ da Anatel, são 241 emissoras autorizadas desse tipo no Paraná e quatro em Curitiba que estão com a licença definitiva expedida.

Peruzzo (2005a, p.7) justifica essa presença ao considerar que apesar da internet, as classes populares ainda precisam do jornal mural e do programa de rádio como espaço para tratar de seus problemas, informar e serem informados sobre alternativas de tratamento e cuidados com a saúde, além de retratarem suas realidades cotidianas.

Os meios comunitários, como essas rádios, têm “como força motriz a meta de contribuir para o desenvolvimento comunitário como forma de ampliar o exercício dos direitos e deveres de cidadania.” (PERUZZO¹⁰, 2003, p. 8 citado por MENDONÇA, 2008, p. 111).

A mídia não convencional sempre teve grande relevância para significativa parcela da sociedade brasileira e [...] cada vez mais demonstra sua importância estratégica no processo de ampliação da consciência sóciopolítica e cultural do homem contemporâneo. No contexto atual de consolidação dos grandes conglomerados de empresas da mídia, os meios

⁹ Acesso em 27 set. 2010. Disponível em <http://sistemas.anatel.gov.br/easp/Novo/Consulta/Tela.asp?OP=A&SISQSmodulo=9532&nomeCanal=Comunica%E7%F5es%20Via%20R%E1dio&codigoVisao=4&site=1>.

¹⁰ PERUZZO, Círcia M. K. Mídia local e suas interfaces com a mídia comunitária. **XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom)**, Belo Horizonte, NP Comunicação para a cidadania, 2003.

alternativos de comunicação são, na maioria das vezes, o único canal de expressão dos setores populares da população. (BAHIA, 2006, p.1673).

Por isso, Coelho Neto (2002, p. 23-24) defende que as rádios comunitárias são um dos mais legítimos movimentos populares e que a reivindicação delas é a liberdade de expressão. A programação diferenciada se desenvolve para os diversos segmentos comunitários. Ele destaca que as emissoras têm desenvolvido não só campanhas sociais, mas também a promoção de gincanas esportivas e educativas e a oportunidade de aparecimento de trabalhos artísticos na comunidade.

A participação popular nas experiências mais avançadas de comunicação comunitária representa um avanço significativo na democracia comunicacional. Ela é essencial nas organizações populares porque pode se constituir na diferença que ajuda a ampliar o exercício da cidadania. A comunicação comunitária tem o potencial de contribuir para a ampliação da cidadania não só pelos conteúdos crítico-denunciativo-reivindicatórios e anunciativos de uma nova sociedade, mas pelo processo de fazer comunicação. Há uma relação dinâmica entre comunicação e educação que merece ser analisada. (PERUZZO, 2007, p. 21).

Além de propiciar o exercício da cidadania, Silva (2008, p. 65-67) cita e destaca experiências em emissoras comunitárias no estado de Santa Catarina que promoveram a educação por meio da programação, tanto dentro quanto fora de instituições de ensino.

O trabalho de Bahia (2008) mostra que por conta das emissoras comunitárias estarem mais próximas e acessíveis à população parecem exibir o retrato desses ouvintes. O resultado disso é a sensação de que as pessoas vivem em comunidades e que não estão isoladas, um impacto que não é possibilitado pelas emissoras comerciais. Por esses fatores, as rádios comunitárias têm um grande potencial como instrumento de educação e de formação da consciência crítica. As poucas décadas de existência dessas emissoras, segundo a autora, comprovaram que elas permitem a troca de mensagens entre pessoas da mesma comunidade, o que possibilita aos indivíduos uma participação mais ativa nessa vida comunitária, com o fortalecimento da esfera pública local.

(...) na rádio comunitária, produtores e receptores, costumam ser os mesmos sujeitos sociais, substituindo-se os termos público, espectador e leitor, pela idéia muito mais estimulante de audiência ativa, partindo do pressuposto de que as formas alternativas de mídia dão expressão mais avançada da cultura popular, contando com um público que elabora os seus

produtos, em lugar de apenas receber passivamente. (DOWNING¹¹, 2002, citado por BENETON, 2006, p.28).

Azevedo (2005) salienta esse sentido de identificação popular ao afirmar que as rádios comunitárias retomam um conceito da filosofia social chamado comunitarianismo, que é o fortalecimento do espírito e dos valores da comunidade. Isso se dá pela atuação desses veículos de comunicação como um recurso de reconstituição dos laços da comunidade eventualmente fragmentados pelas características do mundo contemporâneo. Além disso, podem contribuir para o fortalecimento das relações de solidariedade e sentido dentro da comunidade. Por último, essas rádios têm o potencial de descentralização do poder social, político e cultural.

Com isso, esses veículos assumem uma dimensão ainda mais importante no Brasil, por ser uma nação com elevado grau de analfabetismo e podem ser essenciais para influenciar a formação do senso crítico e estimulação da reflexão. (NUNES, 2004, p. 73-74).

A rádio comunitária focaliza a participação ativa de indivíduos e de grupos sociais na construção ou ressignificação do sentido de sua cultura, de sua identidade e de sua memória, decorrente das práticas e das relações sociais, (...). É nesta experiência cultural e comunicacional que intervêm os processos de interlocução e de interação que criam, alimentam e restabelecem os laços sociais e a sociabilidade entre os indivíduos e os grupos que partilham os mesmos quadros de experiência e que identificam as mesmas ressonâncias de um passado comum. (BENETON, 2006, p. 39).

Com as rádios, a comunidade passa a ter o próprio veículo e fazer a própria comunicação, que não é formal, mas concreta e real. Todos podem falar e assim há diálogo no plano público, o que propicia a produção de consensos para a resolução das dificuldades individuais e coletivas. Com os resultados disso, é possível ter uma diminuição da criminalidade e conseguir aumentar a solidariedade social, a segurança coletiva, a cidadania e a democracia. A liberdade de expressão é concretizada. (CARDOSO e CABRAL, 2008, p. 5).

O papel das rádios comunitárias na contribuição para o desenvolvimento é o de mobilizar/articular para o engajamento social na transformação da comunidade em particular e na cidade de um modo geral. No entanto seu maior desafio é o de, nos moldes do que se compreende como processos comunicacionais emergentes, desenvolver a capacidade de se estruturar localmente para pensar e agir em todos os níveis, relacionando-se com

¹¹ DOWNING, John D. H. **Mídia Radical – Rebeldia nas Comunicações e Movimentos Sociais**. São Paulo: Editora Senac, 2002.

associações mais amplas na formulação e na proposição de processos regulatórios para o setor das Comunicações que realmente sejam compatíveis com a afirmação de seus potenciais. (CABRAL FILHO, 2008, p. 12).

Com esse perfil das rádios, cabe ressaltar que por comunicação popular pode se entender diversos significados, normalmente a processos ligados a movimentos sociais. Para Peruzzo (1998a, p. 115), esse fenômeno é o resultado de lutas localizadas na dinâmica das necessidades dos movimentos populares com a questão participativa voltada para a mudança social. Demo (1999, p. 71-72) completa esse pensamento ao dizer que participar é um exercício democrático em que as pessoas aprendem a eleger, escolher e forçar os mandantes a servirem à comunidade. Para isso, é necessário se organizar e o objetivo deveria ser uma preocupação diária, que vai possibilitar o aprendizado ou a criação de formas participativas.

Já Barale (2004, p. 164) define comunicação popular como uma prática libertadora, participativa, problematizante e conscientizadora. A meta é encontrar um resultado educativo produto de uma experiência dos sujeitos que favoreça uma reflexão, levante discussões e análises. Para que isso aconteça é necessário um diálogo horizontal e de dupla via na comunidade, desde que esteja à serviço da maioria. A ideia é ter não mais locutores e ouvintes, mas sim interlocutores. Para que a comunicação possa ser mais eficaz é necessário favorecer a participação e se vincular a organizações da sociedade civil que buscam estabelecer um processo comunicativo.

Enquanto as NTCI – novas tecnologias de comunicação e informação – estabelecem diferentes formas de sociabilidade, abrangendo todos os campos da convivência humana, outras formas de comunicação, menos ‘glamourosas’, persistem no cotidiano das populações brasileiras, criando elos de convivência e participação na mídia, na educação, na saúde. (FUSER, 2005, p. 9).

A proximidade geográfica entre o meio de comunicação comunitário e o público receptor das mensagens, é um fator que coopera para o bom funcionamento de uma emissora comunitária por gerar empatia entre as duas partes. Com isso, a emissora passa a ser um instrumento importante de comunicação popular, como será abordado mais adiante.

[...] pela pequena potência dos transmissores, fala-se para um grupo de ouvintes próximos no espaço, procurando estabelecer uma via de mão dupla. Neste caso, a proximidade é incentivada inclusive pela participação de integrantes da comunidade ao microfone não só como entrevistados, mas também exercendo a função de comunicadores. (FERRARETTO, 2000, p. 24-25).

Quando há a comunicação popular, o que se busca é um resultado educativo. As mensagens são produzidas para que o povo tome consciência de sua realidade, ou para suscitar uma reflexão e discussão. Esses meios de comunicação são considerados instrumentos para uma educação popular, como alimentadores de etapas educativas transformadoras. (KAPLÚN¹², 1996, p. 17 citado por SILVA, 2008, p.25).

¹² KAPLÚN, Mario. **El comunicador popular**. Buenos Aires: Ed. Lúmen – Hvmánitas, 1996.

4. Dificuldades das rádios comunitárias

Além das limitações de potência e alcance presentes na Lei e já explicadas anteriormente, esses veículos enfrentam também diversas adversidades, que podemos dividir em dois tipos: internas e externas. Na primeira categoria se enquadram as dificuldades encontradas dentro das emissoras, como os problemas financeiros e técnicos, inaptidão dos colaboradores para o trabalho nesses veículos e o desvirtuamento da proposta padrão de uma emissora comunitária. Já no segundo tipo podemos citar a ingerência política, perseguições para se conseguir o fechamento das rádios e a burocracia para se obter a legalização.

No primeiro tipo de dificuldade se enquadram as rádios que só são comunitárias no título, mas não na atuação, conforme explica Ghedini (2009, p. 16). Essas emissoras não têm a prestação de serviço à comunidade como o objetivo principal e pertencem a pequenos empresários, igrejas que fazem proselitismo religioso e políticos que utilizam o veículo como ferramenta de propaganda.

Este último tipo de finalidade foi comprovado por Nunes (2004) durante um estudo com as emissoras comunitárias no Ceará. A autora relata que das cerca de 300 rádios estudadas, boa parte tinha um uso instrumental, principalmente em período eleitoral. Há também aquelas denominadas mistas, que são montadas por políticos e depois entregues às comunidades, para que estas as gerenciem. Dessa forma é mantida a aparência de legítima. Silva (2008, p. 256) concluiu o seguinte sobre o seu estudo feito nas rádios comunitárias de Santa Catarina:

[...] a programação tem sido objeto de maior atenção, mas ainda assim, a diversificação de conteúdos é um grande desafio [...]. A maioria ainda não conseguiu avançar para além de uma programação majoritariamente musical. Não conseguem fazer produção própria de notícias, em geral divulgadas sob a forma de avisos de utilidade pública; as campanhas educativas são eventuais e os debates sobre problemas do município e demandas da cidadania são raros ou inexistentes. Os gestores apontam como limites a falta de recursos, de equipamentos, de profissionais ou voluntários, de tempo ou o medo de abordar temas que causem conflitos locais e dificultem o financiamento da emissora.

Volpato (2009, p. 9) afirma que existem pessoas que se apropriam dessas rádios para se ocupar de práticas que não tem ligação com o caráter público e comunitário. Além disso, há a necessidade de se criarem novos formato e padrão de produção para esse veículo específico. Em um estudo com as 2.205 emissoras

outorgadas entre 1999 e 2004, Lima e Lopes (2007, p. 41) revelam que 1.106 delas têm vínculos políticos, o que equivale a 50,2%.

Silva (2008, p.266) relembra que a origem das rádios comunitárias está ligada à luta política, seja pelos interesses coletivos e reconhecimento de direitos ou por um projeto político individual. Por isso elas têm na própria política uma mediação fundamental, que tanto atrapalha quanto estimula o trabalho. É estímulo quando se trata de política no sentido amplo, de participação cidadã e fortalecimento do associativismo civil local, mas o resultado é ruim se o vínculo for alguma disputa político-partidária no município.

A utilização da radiodifusão comunitária certas vezes não está relacionada a questões de cidadania e com frequência são vistos vínculos diretos com partidos políticos, igrejas e ONGs (Organizações não-governamentais). O uso instrumental dessas emissoras para práticas clientelistas, particularmente em períodos de campanha eleitoral, acaba por desconfigurar os objetivos principais da comunicação comunitária. Quando isso ocorre, a comunicação deixa de ser comunitária e dificulta ainda mais a aspirada legitimação da ação dessas rádios. (BEZERRA, 2006, p.38-39).

Não sugerimos, portanto, que os cidadãos ou atores sociais sejam obrigados a discutir a radiodifusão comunitária no Brasil. Em vez dessa imposição (que chegaria às raias de outros autoritarismos de nossa história constitucional), é necessário oferecer oportunidades efetivas para que os atores sociais interessados possam se inserir no debate, com o objetivo de inovar quanto aos fundamentos e objetivos de regulação da atividade. (GOMES, 2009, p. 186).

Por sua vez, Peruzzo (1998a, p.148-155) lista onze limitações enfrentadas pelos meios de comunicação populares, como as rádios comunitárias:

1. Pouca abrangência
2. Uso inadequado dos meios
3. Utilização restrita dos veículos
4. Falta de variedade
5. Incompetência técnica
6. Má exploração de conteúdo
7. Uso instrumental
8. Falta de recursos financeiros
9. Utilização emergencial dos veículos

10. Influências políticas

11. Desigualdade de participação

Em um estudo feito por Bahia (2006, p. 1676) com rádios comunitárias de Belo Horizonte-MG, as principais dificuldades encontradas foram a precariedade de equipamentos e instalações e também a impossibilidade de incrementar a programação devido aos poucos recursos financeiros, técnicos e humanos. A proibição por lei do objetivo de lucro impossibilita as emissoras de arcar com despesas como aluguel, salários e contas de água e luz. (LORENZON, 2009, p. 23).

Pereira G. (2004) completa a ideia anterior ao salientar que é importante capacitar os membros das rádios comunitárias em temas administrativos, como planejamento, gestão, projeto e execução. Assim pode se garantir a continuação da emissora e de todo o processo de participação comunitária e mobilização social ao redor dela.

No Brasil, a precariedade é uma característica da maioria das rádios comunitárias. A evidência da necessidade de maiores investimentos é o fato de que a AMARC realiza conferências e redes eletrônicas de informações, das quais a maioria dos participantes são [sic] da América do Norte, Europa Ocidental e Pacífico, enquanto os grupos da América Latina e África estão praticamente ausentes pois não têm acesso a redes eletrônicas ou simplesmente aos equipamentos. (VENTURA, 2004, p. 11).

Durante um levantamento feito com 23 rádios comunitárias da região de Bauru-SP, Volpato (2009, p. 15) listou as maiores deficiências encontradas nessas emissoras:

- pouca utilização da internet com espaço institucional ou para transmissão digital;
- as frequências das rádios estão ou muito no começo ou no final do *dial*, o que pode atrapalhar a sintonização;
- presença majoritária de programas sertanejos na programação;
- participação popular restrita aos pedidos de música, com a gestão e planejamento da rádio sob responsabilidade de um pequeno grupo;
- desconhecimento do potencial de mobilização do veículo para desenvolvimento da comunidade;
- vínculos políticos, religiosos e motivações mercadológicas;
- instalação em cidades pequenas, na média com menos de 20 mil habitantes;

Lorenzon (2009, p. 19) cita um levantamento feito em 2003 com rádios comunitárias de todos os estados do Brasil que apontou que 90% das 1.680 emissoras serviam para uso privado, como a políticos e grupos de interesse local.

É necessário que os grupos e movimentos populares invistam nos estudos de recepção, ainda pouco difundidos no campo da comunicação comunitária. O contato dos produtores com os receptores das rádios comunitárias durante a fase de implantação de novos projetos tem se limitado, regra geral, à aplicação de pesquisas de audiência superficiais, como se tais pesquisas servissem tão só para justificar a colocação de uma nova emissora no ar. (COGO, 1998, p. 209).

Além disso, certos meios de comunicação populares não têm se mostrado abertos a uma participação ampla e democrática da população, seja na tomada de decisões ou no planejamento da comunicação. (MATA¹³, 1983; PERUZZO¹⁴, 1991, citado por COGO, 1998, p. 41).

É muito comum serem os meios populares de comunicação produzidos por uns poucos de acordo com as interpretações que fazem das necessidades de comunicação de seus destinatários. Quando muito se favorece a participação em mecanismos que não afetam a tomada de decisões e a estrutura do meio. (PERUZZO¹⁵, 1991, citado por COGO, 1998, p. 42).

Silva (2008, p.260) completa esta ideia ao dizer que na maioria das vezes as emissoras existem mais para os próprios participantes do que para o público em geral. Quanto ao conteúdo oferecido, Cogo (1998, p. 43-44) explica que o antagonismo entre comunicação popular e de massa tem feito os meios comunitários não terem uma grande identificação com a comunidade e a adotarem um formato pouco atraente, com uma programação que privilegia a conscientização em detrimento do lúdico, com a pretensão de se competir com os meios de comunicação de massa. “Se a imprensa voltada ao público popular existe, incorporar o exercício de um jornalismo de qualidade é ainda o desafio.” (AMARAL, 2006, p. 16).

¹³ MATA, Maria Cristina. A pesquisa-ação na construção do alternativo. In: MELO, José Marques de, org. **Teoria e pesquisa em comunicação – panorama latino-americano**. São Paulo: Cortez/Intercom, 1983, p. 138-150.

¹⁴ PERUZZO, Cicília Maria K. **A participação na comunicação popular**. Tese (doutorado em Ciências da Comunicação) - Comissão de Pós-graduação da Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

¹⁵ *Id.*

Para que possamos trabalhar com a dupla mão-de-direção é necessário levar em consideração as motivações dos ouvintes para que ‘participem’ ou não do processo comunicativo, do “diálogo mental” entre emissor e receptor. O rádio – assim como os meios de comunicação em geral – não pode chamar o ouvinte permanentemente à “conscientização” por meio do discurso político-ideológico seja de que tipo for, como pretendem alguns grupos intelectualizados, elitistas, que acreditam ter o direito – e até o dever – de ditar normas sobre o que os demais membros da comunidade – ou até da população – devam ou não ler, ouvir... O rádio precisa cumprir seu papel social informando, educando, formando etc., mas sem esquecer que este processo deve ser prazeroso [sic], agradável, espontâneo, permitindo que o ouvinte participe, relaxe, tenha seu lazer e entretenimento. E que os hábitos culturais de cada grupo sejam respeitados. (ORTRIWANO, 2008, p. 67-68).

Conforme os autores estudados, na programação dessas emissoras também é possível perceber casos de reprodução de modelos comerciais. A justificativa apontada pelos diretores das rádios comunitárias é a necessidade de competir e o fato de os ouvintes já estarem habituados a certos estilos musicais. Lorenzon (2009) explica que ainda falta inserir em certas programações estratégias e dinâmicas que atraiam os ouvintes a participarem do exercício democrático de comunicação. Em todo o Brasil são poucas as experiências que servem de contraponto ao modelo tradicional de radiodifusão. A autora ainda expande essa discussão ao propor uma análise das competências exigidas para que as programações das rádios comunitárias sejam ao mesmo tempo capazes de levar lazer e entretenimento ao ouvinte, sem excluí-lo da informação.

Em um estudo com rádios comunitárias de 50 cidades do interior de São Paulo, Torres (2010) explica que a maioria segue o modelo “vitrolão”, com uma programação eminentemente musical. Outro defeito é que as emissoras não estão voltadas para uma comunidade específica, mas sim para toda a cidade. “A rádio comunitária deve ser mais aberta ao diálogo e ao debate, ser menos musical. Estas emissoras deveriam apresentar novas proposta de se fazer rádio.” (p.8). Favarão (2006) afirma que em situações como essas, o problema não está no conteúdo e nem no bairro, mas sim no modelo adotado, que reproduz o das rádios comerciais.

Quanto à parte estrutural, Bahia (2008) revela que as emissoras comunitárias geralmente enfrentam problemas, pois estão instaladas em pequenos cômodos cedidos pela comunidade e sobrevivem do voluntariado da própria comunidade, com pessoas que dedicam algumas horas do dia para trabalhar pela rádio, ou também de universitários que praticam ali cursos de extensão. Em certos casos, os apresentadores recebem apoio cultural para a divulgação dos programas.

Porém já se constata a existência de funcionários com salários fixos nas rádios comunitárias. A programação normalmente é variada e oferece conteúdo para as diferentes faixas etárias, mas algumas emissoras reproduzem o modelo de radiodifusão comercial, com a predominância de conteúdo musical na programação por várias horas seguidas e somente intercalado por rápidas inserções de recados e diálogos comunitários.

O desafio a ser superado pelas rádios comunitárias é o ultrapassar o patamar instaurado de ser apenas um veículo de entretenimento, pois suas funções são muito mais amplas e complexas do que isso. (ROSA; SANCHOTENE; ZUCOLO, 2009, p. 15).

As rádios comunitárias que têm conseguido desenvolver atividades com potencial de formação para a cidadania são aquelas situadas em municípios onde há participação política de organizações e instituições da sociedade civil, mais ou menos aglutinadas em torno da gestão coletiva da rádio, com debate e acompanhamento permanente da programação. Além disso, essas rádios possuem também um grau de profissionalização e/ou de formação política dos voluntários da programação, adultos ou jovens militantes de movimentos sociais, e têm relativa independência político-financeira do poder público local ou uma relação de cooperação crítica. (SILVA, 2008, p. 260-261).

4.1 Problemas burocráticos

Já na segunda parte das dificuldades enfrentadas estão os problemas externos e um deles é a demora da tramitação burocrática. Ghedini (2009, p. 77-78) cita um estudo em que as autorizações e licenças de funcionamento para rádios comunitárias têm ligação com representação política. O levantamento aponta que das 2.205 autorizações concedidas entre 1999 e 2004, 1.106 foram para emissoras vinculadas a políticos locais. Um outro dado é que foram arquivados mais de 80% dos 4.878 processos de autorização que circularam entre novembro de 1998 e agosto de 2004. A causa foi a falta de um ou mais dos documentos exigidos. “Esse excesso de burocracia termina por favorecer, na disputa pelas autorizações, quem tem padrinho na política.” (p.77).

Como não há prazo para o Ministério das Comunicações publicar o aviso de habilitação (documento que abre os procedimentos para a tramitação dos pedidos de autorização), os pedidos demoram. Em São Paulo-SP já havia centenas de pedidos antes mesmo da oficialização da Lei. A publicação do primeiro aviso só saiu

em dezembro de 2006 e em janeiro de 2008 ainda não havia uma emissora autorizada na cidade. (*Id.*, 2009, p.79-80).

No ponto de vista legal, existem punições para quem coloca uma emissora de rádio no ar sem autorização, com a previsão de um a dois anos de prisão. A Lei prevê a colocação de todas as emissoras na mesma frequência no *dial*, mas não considera os problemas de interferência e colisão entre os sinais, o que causa uma série de transtornos. (BEZERRA, 2006).

[...] a aplicação da legislação de radiodifusão comunitária deixou explícito que uma estratégia de exclusão estava sendo posta em prática e não uma política de inclusão. O processo de outorga criado pela legislação é demasiadamente burocrático, com uma infinidade de exigências que tornam sua tramitação lenta, complicada e, por conseqüência, gera um alto índice de arquivamento. (LIMA; LOPES, 2007, p. 17)

Cabral (2008, p.3) afirma que um levantamento de outubro de 2007 mostrava que no Brasil havia 2.944 rádios comunitárias autorizadas, porém as solicitações de funcionamento chegavam a 20 mil, um número, segundo o autor, consideravelmente maior do que o de rádios comerciais.

Também há relatos de autores sobre o fechamento de rádios comunitárias e a perseguição imposta por organismos governamentais e emissoras comerciais. Sobre isso, Bezerra (2006, p. 62) cita dois levantamentos: o primeiro mostra que entre 1998 e 2003 foram apreendidas 12.900 rádios comunitárias no país, o outro traz o dado que nos anos de 2003 e 2004 foram fechadas 7.612 emissoras. O mesmo autor analisa a situação (p.46-47):

É importante ter em mente que o rádio se apresenta como um instrumento político valioso, sendo, por isso, objeto de tantas disputas. Assim o fechamento de rádios livres e comunitárias e a existência de legislações tão restritivas não podem ser explicados somente como problemas de ordem técnica. Trata-se de uma questão política, que envolve a apropriação do bem público por grupos de poder e parlamentares vinculados à indústria da comunicação.

Bezerra (2006, p.52) afirma que os empresários detentores de rádios comerciais procuram deslegitimar a atuação das emissoras comunitárias ao procurar criminalizar e generalizar a existência de práticas ilegais, mesmo que os propósitos desses dois tipos de veículo sejam diferentes. O motivo seria receio de perder audiência. Coelho Neto (2002, p. 28) detalha que as rádios comerciais iniciaram uma luta contra as comunitárias com a criação de boatos sobre os efeitos destas, como a

interferência nas frequências da comunicação entre aviões e o controle de tráfego aéreo.

(...) entre junho e setembro do ano 2000, a Polícia Federal fechou em São Paulo quase 300 rádios comunitárias. Segundo informações daquela instituição pública, a meta seria fechar de duas a três mil emissoras até o final daquele ano. Para se atingir essa meta, segundo fontes pouco parciais, existiria um convênio entre os Ministérios das Comunicações e a Anatel, com subsídios simbólicos do Governo e fartas quantias das grandes AMs e FMs. (COELHO NETO, 2002, p.31).

Cabral Filho (2005) alerta para uma dificuldade futura a ser encarada pelas rádios que será a digitalização do sistema de radiodifusão. Essa mudança inclui um período de transição de até dez anos e envolve gastos com os equipamentos e pode dificultar a ação das rádios comunitárias, já que as mesmas teriam dificuldade em arcar com os custos dessa aparelhagem.

Já Gomes (2009, p. 65) ressalva que apesar dos casos de instrumentalização das rádios comunitárias para fins religiosos e políticos, elas ainda são importantes para se ter um espaço constitucional para a articulação das liberdades, igualdades e fraternidades. Por meio dessas emissoras os cidadãos, comunidades e movimentos sociais têm a possibilidade de exercitar uma autorreflexão sobre demandas e experiências próprias, além de exercer o livre acesso à comunicação e à informação.

5. Programação e segmentação nas rádios

A programação é uma ferramenta importante para que as emissoras de rádio, sejam elas comerciais ou comunitárias, atinjam o público alvo e cumpram a proposta comunicacional. Ferraretto (2000, p. 59) define programação como “o conjunto organizado de todas as transmissões de uma emissora, constituindo-se no fator básico de diferenciação de uma rádio em relação à outra.”

Conforme o autor, para as rádios conseguirem atrair o público alvo precisam ter atenção principalmente aos conceitos de segmentação e formato. O primeiro deles significa estabelecer uma ligação entre os interesses do ouvinte e da direção do meio de comunicação, para que se possa adaptar a programação ao público específico.

O formato é a maneira como as rádios se posicionam no mercado. Os exemplos mais comuns são o informativo, educativo, musical, religioso e também o comunitário, que em rádios comerciais é trabalhado com características popularescas. A prática mais comum é o assistencialismo, sensacionalismo, fatos policiais e participação intensa do público. Porém, esse formato também pode assumir outras funções. Nas emissoras comunitárias, de alcance e potência reduzidos, significa adotar uma linha de trabalho afinada com os interesses dos ouvintes. Dessa forma, o veículo serve de canal para os anseios locais e busca a resolução de problemas da região e que está inserido.

O perfil da programação de uma emissora de rádio é uma mistura generalizada de música, voz, tempo, ritmo e outros elementos de produção que se combinam entre si para criar uma assinatura coesa e identificável. A emissora de rádio moderna desenvolve cuidadosamente e sintoniza seu formato para alcançar um público-alvo quantificável [...]. (HAUSMAN *et al.*, 2010, p. 25).

Ferraretto (2000) salienta que as atrações podem ser informativas ou de entretenimento e a distribuição delas pela grade são comumente nas seguintes formas:

- linear: todos os programas seguem uma linha semelhante;
- em mosaico: conjunto eclético de programas variados e diferenciados distribuídos na programação de acordo com uma segmentação de horários;

- em fluxo: a programação é vista como um grande programa dividido em faixas, com repetições das atrações a cada intervalo de tempo definido;

Hausman *et al.* (2010, p. 391) define programação como a “seleção e ao arranjo de música, locução e outros elementos do programa de maneira atraente aos ouvintes da emissora.”

Já Barbosa Filho (2009) afirma que a programação é o conjunto de programas ou produtos radiofônicos apresentados de forma sequencial e lógica. Esses itens são o módulo básico da informação radiofônica e a reprodução concreta das propostas do formato radiofônico, de forma a obedecer a uma planificação e a regras de utilização dos elementos sonoros. O autor explica que por formato entende-se o conjunto de ações integradas e reproduzíveis, enquadrada nos gêneros radiofônicos. Assim são manifestadas por meio de intencionalidades e configuradas de forma a serem representadas nos produtos radiofônicos.

Conforme Meditsch (2007), o formato escolhido por uma emissora influi na grade de programação, que reflete a estratégia adotada e permite submeter os acontecimentos exteriores a uma rotina de produção, além de organizar as abordagens e os conteúdos de forma adequada.

A elaboração da grade de programação de uma rádio pode ser considerada de extrema importância. Mcleish (2001, p. 207) ressalta que a tarefa de se organizar as atrações de uma emissora requer levar em consideração primeiramente o objetivo e o papel da rádio e em segundo lugar “conhecer as necessidades, as preferências, os hábitos, os padrões de trabalho e a disponibilidade do público pretendido.” Portanto, essa tarefa leva em conta o enfoque e a segmentação de cada uma das atrações.

A grade de programação, concebida originalmente no rádio generalista de público heterogêneo, possui uma estrutura linear, vertical e horizontal, que serve para delimitar enunciados – os programas – claramente distintos, com gêneros e/ou conteúdos estanques. O fechamento dos programas, que têm começo, meio e fim, pressupõe uma adesão dos ouvintes, na forma de um agendamento de compromisso, com dia e hora marcados, para permitir a sua audiência. É uma concepção originada no mundo dos espetáculos, cuja lógica foi cedo transferida para o rádio. (MEDITSCH, 2007, p. 196).

Para se ter uma boa grade de programação, é necessário ter programas de qualidade. Mcleish (2001, p. 218) lista características importantes para se ter produtos radiofônicos atrativos:

- Pertinência: saber se o programa atendeu aos interesses do público pretendido;
- Criatividade: apresentar algo de novo e original;
- Precisão: honestidade na exposição de diferentes opiniões e versões;
- Eminência: qualidade em todos os aspectos da produção, para que se possa agradar às exigências do público;
- Holística: utilizar os diferentes sentidos para ser inteligível e estabelecer contato com o ouvinte como um todo;
- Enriquecimento pessoal: proporcionar impacto e crescimento ao ouvinte;
- Ligação pessoal: com a qualidade o ouvinte passa a se identificar com o programa e estabelece uma ligação;

Pouca importância se atribui às conseqüências e reflexos da programação radiofônica no que se refere à preservação da identidade cultural de uma comunidade. Além do valor atribuído ao fato de levar aos ouvintes das regiões mais distantes a informação sobre os acontecimentos do país e do mundo, o meio radiofônico é também responsável pelo entretenimento. É por meio do entretenimento que a comunicação pode se tornar um importante instrumento de influência na cultura local. (BENETON, 2006, p.1).

Meditich (2007, p. 94-100) concorda com a proposição anterior e afirma que a segmentação do público das rádios é um fator determinante para a produção da mensagem. Essa divisão retira o antigo modelo de um auditório universal para o conteúdo transmitido pelos meios de comunicação para uma mediação em que a audiência passa a orientar a intencionalidade das mensagens. Tão importante quanto o conhecimento do público da emissora é o uso que o mesmo faz do rádio. É importante levar em consideração que normalmente o ouvinte realiza outra atividade enquanto acompanha um programa. Por isso, é importante articular a programação à rotina do público e concentrar a audiência onde estão as atrações mais importantes. Para buscar um rápido reconhecimento dos ouvintes, as emissoras devem buscar uma programação clara, consistente e que seja fácil de ser identificada mesmo durante um rastreamento de sintonias.

A programação é construída de tal maneira que, a cada instante, todo novo ouvinte seja acolhido. Para fazê-lo, o editor não ordena mais a sua

programação em termos de segmentos consecutivos (os programas), mas em termos de fluxo. A programação é assim adaptada aos hábitos de escuta mais heterogêneos assim como à infidelidade da constante troca de canais pelo ouvinte. (...) A programação deve ter, em conseqüência, a plasticidade suficiente para se acomodar simultaneamente aos usos de cada um. (BELLANGER¹⁶, 1992, p. 143 citado por MEDITSCH, 2007, p. 100).

Camargo (1980) completa os pensamentos anteriores e também afirma que a programação é elaborada por uma emissora de acordo com fatores como o meio em que o veículo está inserido, a categoria de relação com os funcionários, a filosofia dos diretores e dos donos, os hábitos e costumes dos ouvintes e também das necessidades e circunstâncias próprias da região. Qualquer programa pode ser utilizado para trazer cultura e educação ao ouvinte, desde que estes temas apareçam de forma sutil nas atrações apresentadas, para que assim possam ser bem recebidos pelo público. Mas a estética de um programa também é importante:

A apresentação é a “embalagem” do rádio. Pouco importa o conteúdo de um programa, se a redação for boa ou se as entrevistas forem excelentes; mas se a apresentação for mal feita, será um fracasso. (...). Uma boa apresentação vem da compreensão do meio de comunicação utilizado e de uma atitude zelosa com relação ao ouvinte. Como ele [o apresentador] não conhece o ouvinte, adota a postura de um conhecido e não a de um amigo. Ele é camarada, atencioso, informativo e prestativo. (MCLEISH, 2001, p. 89).

5.1 Gêneros radiofônicos

Segundo Barbosa Filho (2009), os gêneros no rádio estão relacionados com a função específica que possuem em comparação com as características da audiência. O mesmo autor explica (p.61) que os gêneros “podem ser entendidos como unidades de informação que, estruturadas de modo característico, diante de seus agentes, determinam as formas de expressão de seus conteúdos, em função do que representam num determinado momento histórico.”

Barbosa faz a seguinte divisão dos gêneros (2009):

- Educativo-cultural: visa promover a educação por meio do rádio e promover a cidadania. Entre os formatos podem ser citados o programa instrucional, a audiobiografia, o programa temático e o documentário educativo-cultural.

¹⁶ BELLANGER, Pierre C. **La Radio Du Futur: Les sept défis de la radio commercial en France**. Paris: Armand Colin, 1992.

- **Entretenimento:** está ligado ao campo da diversão e os exemplos disso são os programas musicais, ficcionais, artísticos e interativos.

- **Publicitário:** tem o objetivo de divulgar e vender produtos e serviços. Os principais formatos são o espote, o jingle, e peças testemunhais e de promoção.

- **Propagandístico:** tem como base a propagação de ideias e princípios. Como exemplos existem as peças radiofônicas e programas religiosos e eleitorais.

- **Serviço:** servem de apoio às necessidades imediatas da população, para provocar uma reação à mensagem, como nos programas de serviço que pretendem esclarecer um determinado tema e também nas notas de utilidade pública.

- **Especial:** gênero classificado pelo autor como híbrido e que contempla características conjuntas das especificações anteriores. Os exemplos citados são as atrações infantis e as de variedades, que são “informativos que mesclam jornalismo e prestação de serviço com uma pitada de entretenimento e cultura.” (p.144).

- **Jornalístico:** é o instrumento utilizado para informar e analisar o público dos fatos. Entre os formatos estão a nota, o boletim, notícia, reportagem, entrevista, editorial, comentário, crônica, radiojornal, mesas-redondas ou debates, documentário jornalístico, programa policial e esportivo e por último, divulgação científica.

Outra definição para as transmissões informativas é dada por Ortriwano (1985, p. 92-94), que acrescenta as categorias flash e edição extraordinária como maneiras de informar acontecimentos importantes e precisam entrar na programação imediatamente. Outro listado pela autora é o formato informativo especial, que consiste em um programa com notícias referentes a um determinado tema.

6. O rádio como veículo comunitário

Todas as características do rádio explicadas anteriormente podem ser aplicadas no campo da comunicação comunitária e ter o efeito potencializado. Segundo Mcleish (2001, p. 20-21), o rádio tem três grandes vertentes de serviço: para o público, para a sociedade e para o indivíduo. Na primeira característica, ele serve para aconselhar e informar e tem a disponibilidade para divulgar ações. Na vertente social, o rádio atua como vigilante do poder, ajuda a desenvolver objetivos comuns, contribui para a cultura e torna público debates e anseios. Já no plano individual, o veículo atua como fonte de conhecimento e proximidade com o locutor, o que ajuda a criar uma sensação de companhia. O rádio possibilita que se ouça a emoção da voz humana, o que propicia sensações mais fortes do que as causadas pela leitura de um texto.

Tais sensações são descritas por Sousa (2004), que ressalta a importância da entoação da voz, seja para passar mensagens interrogativas, imperativas, iradas ou assertivas. Também pode ser criada tanto uma sensação de intimidade como uma de distanciamento. A música também é importante para a criação de um cenário expressivo, com a recriação e ambientação simbólica de espaços físicos e também pelo uso como separação e ordenamento dos espaços em um programa.

A fala do locutor ao microfone é percebida pela ouvinte como real e presente e proporciona uma relação de empatia e identificação. (BALSEBRE, 2005, p. 331). Barbosa Filho (2009, p. 46-47) descreve que as formas de falar são pensadas para o ouvinte de acordo com suas particularidades e expectativas. Assim o uso de expressões carinhosas durante as transmissões como “amigo ouvinte”, por exemplo, geram uma aproximação e intimidade. Dessa forma o veículo de comunicação passa a ser considerado como um companheiro. Nessa mesma ideia, Kaplún (2008, p. 87-90) resume que entre os pontos positivo da comunicação radiofônica estão o poder de sugestão, empatia, comunicação afetiva e a relação de identificação com o ouvinte.

A voz é capaz de transmitir muito mais do que o discurso escrito. Ela tem inflexão e modulação, hesitação e pausa, uma variedade de ênfases e velocidade. A informação que um locutor transmite tem a ver com o estilo da apresentação tanto quanto com o conteúdo do que ele diz. (MCLEISH, 2001, p. 19).

Balsebre (2005, p. 336) descreve que no processo de audição de uma mensagem radiofônica o ouvinte é levado a imaginar imagens e com a ausência dos objetos narrados, começa a reproduzir as impressões perceptivas e sensoriais. Sousa (2004) concorda com o pensamento e diz que a criação de significados no rádio inclui também a utilização ponderada do silêncio.

O rádio é o único meio de comunicação de massa que se utiliza apenas do som em sua expressão. O rádio possui a exclusividade da magia sagrada do som. Atribui-se seu poder justamente à ausência da imagem, poder este que reside na sua capacidade de ativar a imaginação visual, onde nada é visto, somente ouvido, e a mente de cada um encarrega-se de criar as imagens que correspondem ao som. (...) Na civilização da imagem ele é um transgressor, um intruso, algo difícil de ser entendido e apreciado dignamente. Ao ponto que, no universo acadêmico, o rádio é tido como um meio “menor”, algo “simples” e “popular”. Basta olhar o fichário de uma biblioteca de comunicação para constatar a distância entre o número de trabalhos sobre o audiovisual e as poucas pesquisas sobre o rádio (SALINAS¹⁷, 1994, p. 30 citado por BARBOSA FILHO, 2009, p. 77-78).

Chantler e Harris (1998, p. 21) destacam a importância do jornalismo em emissoras de rádio locais, pois somente a partir dessa prática é possível considerar uma emissora como tal. “Num mercado cada vez mais disputado, o jornalismo é uma das poucas coisas que distinguem as emissoras locais de todas as outras.”

Nessa mesma linha, Amaral (2006) afirma que o jornalismo popular deve ser interessante ao público. Para fazer isso não só responder ao que imagina que seja o desejo do público, mas ser mais propositivo e estimular o exercício da cidadania. Hausman *et al.* (2010, p. 193) reforça essa questão: “O rádio é uma mídia particularmente local, então o conteúdo da programação geralmente deve refletir o que estiver ocorrendo em uma comunidade específica.” Alves (2005, p. 166) completa: “sabendo para quem nos dirigimos, podemos atingir melhor nossos objetivos, eliminando mais os ruídos entre emissor e receptor das mensagens”.

Barbosa Filho (2009) concorda com as afirmações anteriores ao explicar que o regionalismo é uma marca forte do rádio, pois ao destacar as informações locais, as relações entre o veículo e a comunidade são dinamizadas. O mesmo autor complementa (p.50):

É importante o comunicador reter que a prestação de serviço público por intermédio do rádio possui força e poder inimagináveis. Ele, o rádio, tem a

¹⁷ SALINAS, Fernando de Jesus Giraldo. **O som na telenovela**: articulações som e receptor. 170f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1994.

magia de cativar e seduzir os seus ouvintes, conduzindo-os a atitudes e comportamentos conformes ao padrão estabelecido. Por isso, é bom saber que estamos fazendo uso de um meio o qual influencia o cotidiano das pessoas, e assim nos possibilita resultados positivos.

Atualmente os veículos comunitários adquiriram o potencial de ser também de comunicação e não mais somente de informação. Agora é possível estimular a participação cidadã veiculada e também nas demais práticas sociais. O potencial do rádio também foi comprovado em pesquisas citadas por Meditsch (2007, p. 37-41), em que estudos feitos na Europa mostraram que esse veículo é mais racional e sério do que a televisão e por isso possui mais influência e credibilidade. Além disso, em acontecimentos importantes, o rádio foi o principal meio de comunicação utilizado para obter informações. O autor também revela que uma pesquisa feita na região metropolitana de São Paulo-SP em 1993, mostrou que o rádio é o meio de comunicação mais consumido se for levado em consideração o tempo diário de utilização.

Por conta de exemplos como os anteriores, o fato de o rádio ser um veículo que cria empatia com o ouvinte e que está localizado em uma mesma região que o público, faz das rádios comunitárias um meio de comunicação propício para debates de assuntos locais e o fortalecimento da região e uma chance para a audiência participar também do processo comunicativo.

Os meios de comunicação deveriam ser um espaço aberto a uma diversidade de vozes, mas isso, em geral não ocorre. A mídia comunitária, embora apresente discrepâncias, oferece uma perspectiva mais democrática. A experiência das rádios comunitárias permite aos cidadãos conduzir com maior autonomia a vida em comunidade. Isso pode ser estimulado por meio de programas radiofônicos que promovam o debate sobre temas específicos, do qual a população participe, cada vez mais, de forma democrática, e torne-se capaz de pensar e agir de modo independente. (LORENZON, 2009, p.21).

Tal forma de debate entre emissores e receptores já foi exemplificada anteriormente no capítulo sobre a Teoria do Rádio, de Bertolt Brecht. Em um meio de comunicação popular como as rádios comunitárias, de acordo com Ferraretto (2000, p.189), "(...) o cidadão toma posse do microfone e participa das decisões sobre um tipo de rádio mais aberto e democrático." Isso é possibilitado por fatores como a tecnologia simples e barata e proximidade com o público receptor, o que proporciona interação e um exercício da cidadania. Como resultado disso há uma inserção política concreta, pois a comunicação praticada no âmbito comunitário

fortalece os movimentos sociais e consolida a organização social. (NUNES, 2004, p. 60-65). Hausman *et al.* (2010, p. 19) afirma que nesses veículos há inclusive mais variedade nos estilos de produção radiofônica do que em emissoras não-comerciais.

Lorenzon (2009) apresenta um estudo em que comprova o fortalecimento gradativo da esfera pública local graças ao trabalho de uma rádio comunitária. Silva (2008, p.273) completa essa ideia ao afirmar que esses veículos atualmente não são apenas meios de comunicação dos setores populares e oprimidos, mas também de outros setores da sociedade civil e assim, incorporam diferentes demandas e reivindicações.

A programação comunitária se define a partir do foco centrado na realidade local, e a gestão deve ser coletiva, contando com a participação direta da comunidade a partir da deliberação de conselhos e assembleias. A interatividade nessa modalidade de emissora se dá na medida em que o microfone é acessível para que a comunidade possa se manifestar. São ainda características da rádio comunitária a valorização da cultura local e o compromisso com a cidadania, no sentido de se comprometer com a educação voltada para a construção e o exercício da cidadania e, por fim, a democratização da comunicação. (BAHIA, 2008, p.33).

7. Panorama da radiodifusão comunitária

Segundo dados disponíveis na página de consulta aos processos de rádio comunitária do site¹⁸ do Ministério das Comunicações, existem no Brasil 2.535 emissoras em funcionamento com a licença definitiva expedida (LDE) pelo órgão. Conforme explica o documento consultado¹⁹ (2010), as entidades em questão já receberam a autorização por meio de publicação em Portaria Ministerial, tiveram o ato de autorização deliberado pelo Congresso Nacional, publicado em Decreto Legislativo e por fim, foi enviada a licença definitiva para a entidade autorizada. Nesta situação existem 168 rádios no Paraná. No país ainda há outras 15.969 entidades que já receberam algum aviso de habilitação para executar o serviço.

Como já explicado anteriormente, cabe à Anatel designar um canal específico no espectro radiofônico para a frequência de todas as rádios comunitárias de uma cidade. No caso de Curitiba e Região Metropolitana, as emissoras estão situadas na frequência 98,3; das quais quatro estão ativas na capital:

- 1) Associação de Moradores do Bairro Novo Sítio Cercado, com o processo de número 53740.001740/98;
- 2) Associação Cristã de Ação Social e Comunitária do Cajuru, com o processo de número 53740.001624/98;
- 3) Centro de Atendimento Comunitário São Jorge – Ceacom, com o processo de número 53740.000213/99;
- 4) Associação Comunitária, Cultural e Artística Folha do Boqueirão, com o processo de número 53740.000717/99;

Respectivamente, as quatro entidades anteriores são responsáveis pelas seguintes rádios comunitárias: RBN FM, Esperança FM, Curitiba FM e RCB FM.

Segundo as informações do site do Ministério das Comunicações, a Associação Comunitária de Radiodifusão Sul Curitiba, situada no bairro do Pinheirinho e registrada com o processo nº 53740.000653/99, já está autorizada e poderá entrar em funcionamento assim que for expedida a licença para isso. Ainda há o caso da Sociedade Civil Boca Maldita, com o processo nº 53740.000605/99,

¹⁸ Acesso em 25 set. 2010. Disponível em: <<http://www.mc.gov.br/radio-comunitaria/situacao-do-processo>>

¹⁹ Acesso em 25 set. 2010. Disponível em: <http://www.mc.gov.br/images/2009/08/tabela_status.pdf>

que ainda não possui licença definitiva por estar em débito com a Anatel e atualmente não está em atividade.



MAPA 1 – Localização das rádios comunitárias em Curitiba
Fonte: Google Maps (2010)

Ainda é informado no site que 11 entidades de Curitiba tiveram o processo arquivado por indeferimento do pedido. Outras 24 associações estão na etapa de análise inicial dos processos pela equipe técnica e jurídica do órgão. O Ministério das Comunicações também divulga na página que 32 entidades de Curitiba tiveram o requerimento com a demonstração de interesse em ter rádio comunitária arquivado, seja por ausência de dados efetivos para cadastro, falta de indicação das coordenadas geográficas ou impossibilidade de existência desta entidade por conta da existência anterior de outra distante menos de 4 km.

8. Análise das programações

O presente trabalho vai fazer um estudo das programações e de um programa de cada uma das quatro rádios comunitárias de Curitiba-PR que se encontram com a licença definitiva expedida pelo Ministério das Comunicações:

- Associação de Moradores do Bairro Sítio Cercado, que possui a Rádio Bairro Novo FM, chamada de RBN FM;
- Associação Comunitária Cultural e Artística Folha do Boqueirão; que possui a RCB FM;
- Associação Cristã de Ação Social e Comunitária do Cajuru; detentora da Rádio Esperança FM;
- Centro de Atendimento Comunitário São Jorge; localizado na Cidade Industrial de Curitiba, que possui a Rádio Curitiba FM;

Para se fazer esses trabalhos, o método utilizado é o de análise de conteúdo, que é uma técnica de investigação que tem como finalidade a descrição objetiva, quantitativa e sistemática do conteúdo manifesto da comunicação. (BERELSON, 1952²⁰, apud BARDIN, 2002, p.19).

Kientz (1973), detalha que as etapas da análise de conteúdo devem seguir a seguinte ordem: definição dos objetivos da pesquisa, constituição do material a ser pesquisado, decomposição desse montante em unidades ou itens, reagrupamento dessas divisões e tratamento quantitativo dos dados coletados. Para isso, segundo o autor (p.155-160), o pesquisador deve ser objetivo, sistemático, abordar somente o conteúdo que está explícito e por fim, quantificar. Sobre isso, Bardin (2002, p. 42) define análise de conteúdo como

[...] um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens.

Uma das formas de facilitar essa análise é dividir em categorias, como explica Bardin (2002). Essa operação consiste em classificar elementos constituintes de um conjunto por diferenciação e, depois, por um reagrupamento conforme o

²⁰ BERELSON, B. **Content analysis in communication research**. Nova Iorque: Univ. Press, 1952.

gênero e de acordo com critérios definidos previamente. As categorias são classes que reúnem elementos com características comuns.

A categorização tem como primeiro objetivo (da mesma maneira que a análise documental), fornecer, por condensação, uma representação simplificada dos dados brutos. (...) A análise de conteúdo assenta implicitamente na crença de que a categorização (passagem de dados brutos a dados organizados) não introduz desvios (por excesso ou por recusa) no material, mas que dá a conhecer índices invisíveis, ao nível dos dados brutos. (BARDIN, 2002, p. 118).

A autora revela (p.120) que um bom conjunto de categorias deve ter as seguintes qualidades:

- exclusão mútua: um elemento não pode existir em mais de uma divisão;
- homogeneidade: um único princípio deve governar a organização das categorias;
- pertinência: adaptação das categorias ao material de análise;
- objetividade e fidelidade: todas as partes devem ser codificadas da mesma maneira;
- produtividade: trazer resultados férteis;

Para a análise das programações, as emissoras forneceram as respectivas grades de programação juntamente com uma descrição de cada uma das atrações ali presentes, para que se pudesse identificar o conteúdo de todas elas e também compreender a definição e os objetivos que as rádios comunitárias têm com os próprios programas. Com base nessas informações, cada atração radiofônica foi classificada em categorias, que seguiram o critério de divisão dos gêneros radiofônicos proposta por Barbosa Filho (2009), explicada no capítulo 6 deste trabalho.

Porém, nem todos os gêneros radiofônicos classificados pelo autor são encontrados nas programações das rádios comunitárias de Curitiba. Abaixo seguem os gêneros explicados por Barbosa Filho (2009) que estão presentes nos programas das emissoras comunitárias de Curitiba. Cada uma das divisões está acompanhada dos exemplos que são encontrados nas atrações transmitidas pela rádio.

- Entretenimento: atrações humorísticas e musicais;

- Propagandístico: programas que têm o intuito de propagar ideias, principalmente as peças religiosas;
- Serviço: programas que pretendem esclarecer um determinado tema;
- Especial: atrações infantis e de variedades, que misturam jornalismo, prestação de serviço, entretenimento e cultura;
- Jornalístico: programas com análises e informações dos fatos, como atrações esportivas e policiais;

Além dessas divisões, foram criadas e acrescentadas outras duas categorias de gêneros radiofônicos que não foram classificadas por Barbosa Filho (2009), mas que estão presentes nas programações das rádios comunitárias de Curitiba.

- Comunitário: atrações com conteúdo voltado para a localidade da emissora, seja por meio de notícias e debates;
- *Playlist*: trata-se do horário livre presente nas emissoras comunitárias que é ocupado pela reprodução automática de músicas e vinhetas contidas no computador da rádio;

Com base no método da análise de conteúdo, o estudo consistiu em classificar e dividir os programas em cada um dos sete gêneros citados. Após isso foi feita a divisão da grade semanal das emissoras com base na carga horária de cada um dos gêneros presentes. Por fim, foi obtida a porcentagem existente dessas divisões em cada uma das emissoras participantes.

Além disso, foi escolhido um programa matinal de cada emissora para uma análise mais detalhada. A escolha recaiu nesse período do dia já que na parte da tarde e da noite as atrações são eminentemente musicais. Foram coletadas cinco edições de cada programa e foi feito um levantamento quantitativo por tempo do conteúdo pertencente ao gênero jornalístico ali presente em comparação a duração total da atração. Para tal análise, foram adotadas as categorias propostas por Barbosa Filho (2009), que considera a existência os seguintes formatos possíveis no radiojornalismo:

Nota: relato rápido de acontecimentos em processo de configuração;

Notícia: módulo básico de informação que relata algum fato;

Boletim: pequeno programa de até cinco minutos de duração distribuído ao longo da programação e constituído por notas e notícias;

Reportagem: narrativa que engloba diversas variáveis de um acontecimento e traz ao ouvinte uma noção mais aprofundada do fato narrado;

Entrevista: “[...] diálogo entre repórter e fonte, sob a forma de perguntas e respostas, para obter informações [...]”. (PORCHAT, 1989, p. 175, citado por BARBOSA FILHO, 2009, p.95);²¹

Comentário: visão opinativa para conceder conhecimento especializado;

Editorial: retrata o ponto de vista da instituição radiofônica;

Crônica: formato que transita entre o jornalismo e a literatura, preza por um texto mais livre e sem a necessidade de ter objetividade;

Radiojornal: agrega os formatos anteriores organizados em seções ou editorias;

Documentário jornalístico: “[...]é uma monografia radiofônica sobre um tema dado. Uma breve exposição, sem sua completa apresentação.” (KAPLÚN, 1978, p. 142, citado por BARBOSA FILHO, 2009, p.95);²²

Mesas-redondas ou debates: espaços de discussão coletiva para apresentação de ideias diferentes por parte dos participantes;

Programa policial: tem como objetivo cobrir os acontecimentos da área, por meio de reportagens, entrevistas, comentários e notícias;

Programa esportivo: divulgação e cobertura dos eventos esportivos;

Divulgação tecnocientífica: traz informações e divulgações científicas, com uma linguagem que possibilite o entendimento da população;

Portanto, a presença desses referidos formatos nos programas analisados foi considerada como pertencente ao gênero jornalístico. Dentro dessa divisão, foi ressaltada a presença de informações sobre a área de cobertura de emissora, como recados, opiniões ou leitura de matérias veiculadas na imprensa. A análise de conteúdo dessa vez foi utilizada para dividir o conteúdo local de cunho jornalístico do restante do programa. O critério adotado para isso foi o de seguir o entendimento da lei nº 9.612, que entende como comunidade um espaço geograficamente delimitado, a área de cobertura das emissoras. Após separar estas informações que se referem ao contexto local das demais, o próximo passo foi quantificar o porcentual por tempo

²¹ PORCHAT, Maria Elisa. **Manual de radiojornalismo da Jovem Pan**. São Paulo: Ática, 1989.

²² KAPLÚN, Mario. **Producción de programas de radio: el guión – la realización**. Quito: Ciespal, 1978.

dessa divisão em comparação ao todo do programa e também ao tempo de conteúdo jornalístico.

Será utilizado também o método de entrevista semi-estruturada com os representantes das rádios comunitárias estudadas para coletar dados sobre o histórico e público-alvo do veículo e também para identificar quais suas os objetivos da emissora. Esse tipo de entrevista parte de questões básicas que interessam à pesquisa, mas leva o entrevistador a fazer novas perguntas ao mesmo tempo em que mantém o foco da investigação a partir da interpretação das respostas obtidas. (DENCKER; VIÁ, 2001; TRIVIÑOS, 2006). A entrevista semi-estruturada configura, então, uma interação entre pesquisador e entrevistado e cuja orientação é flexibilizada de acordo com a forma como o diálogo se desenvolve.

9. Programações das Rádios Comunitárias de Curitiba

As emissoras participantes do trabalho foram a RBN FM, Curitiba FM e Esperança FM; que forneceram as respectivas grades de programação e as descrições na segunda semana de agosto de 2010, antes do início do horário eleitoral obrigatório. A RCB FM não forneceu a grade e a descrição dos programas e até o dia 5 de outubro de 2010, estava com a programação inteiramente formada por *playlist*, em virtude de reparos técnicos e reformulação de equipe na emissora. Com base na análise do conteúdo recebido, pode-se afirmar que a grande parte das programações das rádios comunitárias de Curitiba são musicais.

9.1 RBN FM

A Rádio Bairro Novo FM está vinculada a Associação de Moradores do Bairro Novo Sítio Cercado e situada na Rua São José dos Pinhais nº1244, na região Sul de Curitiba. Segundo o diretor da emissora, Gentil Cardoso²³, o processo de autorização da RBN FM no Ministério das Comunicações levou dez anos para ficar pronto. Desde 2008 a emissora está em funcionamento e atinge um público residente em 71 vilas. A faixa etária que mais se interessa pela rádio é de pessoas acima dos 40 anos. Atualmente o quadro da emissora é composto por cerca de 30 colaboradores e alguns deles já tinham experiência prévia em veículos de comunicação.

A RBN FM possui uma antena de 27m de altura e três estúdios. Sobre o alcance, Gentil ressalta que, pela Lei, as rádios comunitárias podem ter uma área de abrangência de 1km, mas a onda se propaga até encontrar uma outra que seja da mesma frequência. Também é possível acompanhar os programas pelo site da emissora.

Conforme o diretor, a programação da RBN foi elaborada por meio de consultas à internet, com o objetivo de ser eclética e agradar aos interesses da população. A grade é alterada assim que houver interesse. Existe a intenção de se expandir a programação jornalística, mas isso depende do interesse dos locutores. Um dos principais entraves para a melhoria da programação, de acordo com Gentil,

²³ Entrevista concedida ao autor em 6 de outubro de 2010.

são as regras que limitam a forma de se fazer publicidade nas rádios comunitárias. A legislação não permite, por exemplo, que se fale o preço dos produtos, o que dificulta o repasse de apoio cultural à emissora.

Tem trezentos e poucos pedidos de rádios [comunitárias] em Curitiba e tem apenas quatro, que seria na CIC, no Bairro Novo, onde nós estamos, Boqueirão e Cajuru. Agora, outros bairros também merecem e precisariam ter essas rádios, mas quem manda no Brasil são os políticos e geralmente eles têm rádios comerciais e televisão. Eles acham que as nossas “radiozinhas” comunitárias atrapalham o comércio deles, mas eu acho que não, porque os comércios que anunciam nas rádios comunitárias são apenas os amigos próximos da rádio e você nunca viu esses comércios do Bairro Novo, por exemplo, em uma rádio comercial ou em uma televisão. A nossa clientela é outra, de mais baixo poder aquisitivo, que ajuda as rádios comunitárias. (CARDOSO, 2010).

Quanto à participação popular na RBN, na maioria dos casos é mais por meio de pedido de músicas. Em outras ocasiões também são comuns anúncios de aniversário e alguns avisos com características de prestação de serviço. No começo das atividades, lembra o diretor, foi encontrado um pouco de resistência por parte do público, por acharem que a emissora era pirata.

Atualmente, para incentivar um maior envolvimento da comunidade, a RBN FM distribui CDs e DVDs com músicas de artistas locais, promove festas e realiza atividades de oficinas de locução de rádio em uma unidade do Centro de Referência da Assistência Social (Cras) existente na localidade.

Já formamos vários locutores e radialistas do futuro e também várias crianças [...]. A gente dá curso para essas crianças, algumas até saíram da marginalidade e a gente traz para o convívio social honesto. É muito interessante isso daí porque temos o prazer de a cada fim de ano fazer uma festinha com os formados. Não formados como radialista ou jornalista de sindicato, mas sim formados como locutores de rádios comunitárias, que é o primeiro passo para se chegar a uma faculdade de jornalismo ou ir para uma rádio comercial. (CARDOSO, 2010).

O diretor comenta que a relação da RBN com o poder público é tranquila desde que não existam críticas pesadas. Uma orientação dada por ele aos locutores é de não falar mal, mas apenas cobrar as mudanças necessárias. Sobre a convivência com demais emissoras comunitárias, ele revela que existe um diálogo aberto entre elas para evitar que o sinal de uma ocupe a área de abrangência da outra. Também está em fase inicial conversas para a criação de uma associação paranaense de rádios comunitárias, já que não há representante da Abraço no estado.

Outro empecilho ao serviço de radiodifusão comunitária em Curitiba é a colocação de todas as emissoras na frequência 98,3; o que significa estar no meio do *dial* e próximo de diversas estações.

Nós gostaríamos e vamos tentar isso, mudar cada rádio comunitária para uma frequência. Tem vaga lá no *dial*. Estamos no 98,3, daí as vezes anda 1km ou 500m e pega outra rádio 98,3. Por isso nós vamos entrar com o pedido, de cada rádio ter um *dial*, igual às rádios comerciais. Então as comerciais também deveriam ser todas no mesmo *dial*. Direito para um, direito para todos, né? (CARDOSO, 2010).

9.1.1 Programação da RBN FM

A grade de programação foi enviada pela direção da RBN FM no dia 10 de agosto de 2010 e está colocada a seguir, acompanhada da descrição de cada uma das 24 atrações transmitidas pela própria emissora, que fica no ar 24 horas por dia, todos os dias da semana. Na sequência está o enquadramento de cada uma delas nos gêneros radiofônicos conforme explicado anteriormente.

TABELA 1: Programação de segunda a sexta-feira da RBN FM

	2ª feira	3ª feira	4ª feira	5ª feira	6ª feira
0h às 5h	<i>Playlist</i>	<i>Playlist</i>	<i>Playlist</i>	<i>Playlist</i>	<i>Playlist</i>
5h às 8h	Coração Sertanejo				
8h às 10h	Bom dia Comunidade				
10h às 12h	<i>Playlist</i>	<i>Playlist</i>	<i>Playlist</i>	<i>Playlist</i>	<i>Playlist</i>
12h às 13h	Hora do Esporte				
13h às 15h	Sem Noção				
15h às 17h	Tarde Sertaneja				
17 às 18h	<i>Playlist</i>	<i>Playlist</i>	<i>Playlist</i>	<i>Playlist</i>	<i>Playlist</i>
18h às 19h	Hora do Pagode				
19h às 20h	A Voz do Brasil				
20h às 21h	Musical Festerê				
21h às 22h	<i>Playlist</i>	Horário Evangélico	<i>Playlist</i>	<i>Playlist</i>	Horário Evangélico
22h às 0h	Visão Missionária				

FONTE: RBN FM (2010)

TABELA 2: Programação da RBN FM de sábado

0h às 8h	<i>Playlist</i>
8h às 9h	Programa Católico
9h às 10h	Vitrine Musical RBN
10h às 11h	Programa Jânio Silva
11h às 12h	Sertanejo
12h às 14h	Sertanejo
14h às 16h	Programa do Carlinhos Xavier
16h às 17h	Andando com Jesus
17h às 18h	Igreja Visão Missionária
18h às 22h	<i>Playlist</i>
22h às 0h	Visão Missionária

FONTE: RBN FM (2010)

TABELA 3: Programação da RBN FM de domingo

0h às 7h	<i>Playlist</i>
7h às 9h	Paraná Querido
9h às 11h	Hora da Viola
11h às 13h	Tradições Gaúchas
13h às 14h	Toca-Tudo
14h às 16h	Musical Infantil Duda Show
14h às 16h	Programa do Carlinhos Xavier
16h às 22h	<i>Playlist</i>
22h às 0h	Visão Missionária

FONTE: RBN FM (2010)

10.1.2 Descrição dos programas da RBN FM:

Playlist: músicas e vinhetas reproduzidas automaticamente pelo computador.

Gênero: *Playlist*

Coração Sertanejo: programa com músicas sertanejas e apresentado por Zezinho. Gênero: Entretenimento

Bom Dia Comunidade: notícias do dia, música, horóscopo e informações da comunidade, com a apresentação de Denilson Pires, Professor Geleia e Cléo Domingues. Gênero: Comunitário.

Hora do Esporte: as notícias de esporte mais importantes do dia. Apresentação de Souza da Arbesc. Gênero: Jornalístico.

Sem Noção: programa de músicas e humor. Apresentação de Julian Nicoletti. Gênero: Entretenimento.

Tarde Sertaneja: músicas sertanejas. Apresentação de Adelson. Gênero: Entretenimento.

Hora do Pagode: músicas do gênero musical pagode. Apresentação de Cleito Azeredo. Gênero: Entretenimento.

A Voz do Brasil: programa jornalístico transmitido em rede nacional pelas emissoras de rádio. Gênero: Jornalístico.

Musical Festerê: músicas sertanejas. Apresentação de Sorriso. Gênero: Entretenimento.

Horário Evangélico: horário religioso. Gênero: Propagandístico.

Visão Missionária: programa religioso. Gênero: Propagandístico.

Programa Católico: programa religioso, com a apresentação de Roberto. Gênero: Propagandístico.

Vitrine Musical RBN: programa com músicas de variados estilos. Apresentação de Gentil Cardoso. Gênero: Entretenimento.

Programa Jânio Silva: atração com músicas sertaneja de raiz. Apresentação de Jânio Silva. Gênero: Entretenimento.

Sertanejo: músicas do estilo sertanejo. Apresentação de Leomar. Gênero: Entretenimento.

Sertanejo: músicas do estilo sertanejo. Apresentação de Luciano e João Magro. Gênero: Entretenimento.

Programa do Carlinhos Xavier: atração com músicas sertaneja de raiz. Apresentação de Carlinhos Xavier. Gênero: Entretenimento.

Andando com Jesus: programa religioso, com a apresentação de Guilherme Correa e Castorini. Gênero: Propagandístico.

Igreja Visão Missionária do Brasil: atração religiosa, com a apresentação dos pastores Milton e Fábio. Gênero: Propagandístico.

Paraná Querido: músicas sertanejas. Apresentação de Zezinho e Gentil Cardoso. Gênero: Entretenimento.

Hora da Viola: músicas sertanejas. Apresentação de Jânio Silva e Gentil Cardoso. Gênero: Entretenimento.

Tradições Gaúchas: programa com músicas gaúchas. Apresentação de Jânio Silva. Gênero: Entretenimento.

Toca-tudo: músicas de variados estilos. Apresentação de Batistinha. Gênero: Entretenimento.

Musical Infantil Duda Show: atração voltada para as crianças, músicas e brincadeiras. Apresentação de Duda e Robert. Gênero: Especial²⁴.

Com a seguinte divisão, pode-se concluir que das 168h em que a RBN FM fica no ar durante a semana, os gêneros radiofônicos têm a seguinte divisão de carga horária semanal:

Jornalístico: 10h (dois programas: “Hora do Esporte” e “A Voz do Brasil”)

Especial: 2h (um programa: “Musical Infantil Duda Show”)

Serviço: 0h (nenhum programa)

Propagandístico: 19h (cinco programas: “Horário Evangélico”, “Visão Missionária”, “Programa Católico”, “Andando com Jesus” e “Igreja Visão Missionária do Brasil”)

Entretenimento: 59h (14 programas: “Coração Sertanejo”, “Sem Noção”, “Tarde Sertaneja”, “Hora do Pagode”, “Musical Festerê”, “Vitrine Musical RBN”, “Programa Jânio Silva”, “Sertanejo”, “Sertanejo”, “Programa do Carlinhos Xavier”, “Paraná Querido”, “Hora da Viola”, “Tradições Gaúchas” e “Toca-tudo”)

Comunitário: 10h (um programa: “Bom Dia Comunidade”)

Playlist: 68h (um programa)

A quantificação porcentual da carga horária por gênero radiofônico fica assim distribuída:

²⁴ Conforme a categorização explicada por Barbosa Filho (2009), os programas infantis pertencem ao gênero radiofônico especial. Por conta disso a atração foi classificada nessa categoria e não como entretenimento.

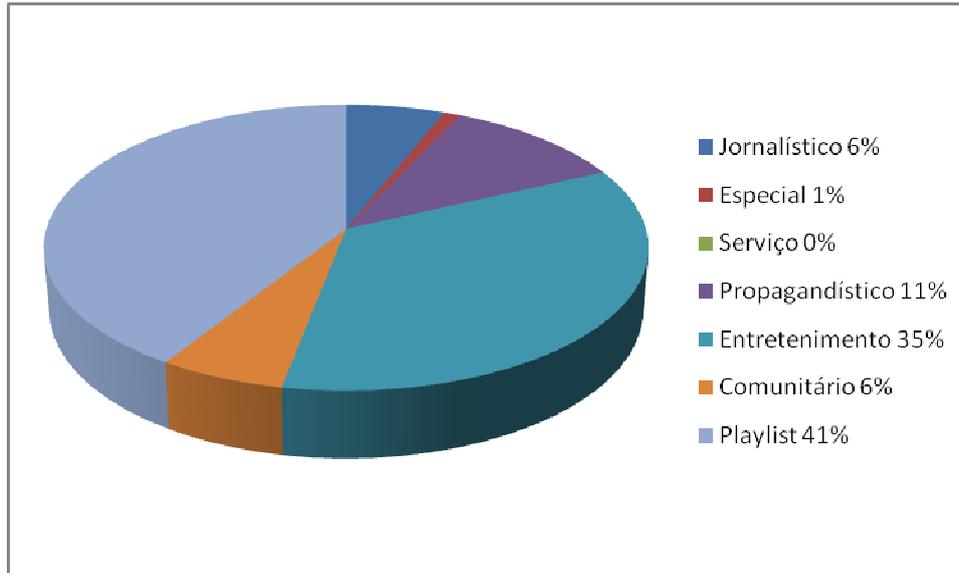


GRÁFICO 1 – Porcentagem da presença dos gêneros radiofônicos na programação da RBN FM

FONTE: O autor (2010)

Como se vê no gráfico, a parte predominante na programação da RBN FM é a *playlist*, com 41%, seguida do gênero entretenimento, com 35%. Ambas possuem como característica em comum ter o propósito principal de reproduzir músicas. A diferença entre elas é que nos programas de entretenimento há a presença de um locutor e a possibilidade de receber ligações dos ouvintes. Portanto, pode-se afirmar que 76% da carga horária semanal da emissora, formada pela soma dos gêneros predominantes, é constituída por atrações musicais. Dos 24 programas da emissora, cinco são propagandísticos, dois jornalísticos, um comunitário, um de gênero especial e 14 são musicais, dos quais oito são voltados especificamente para o gênero sertanejo. De acordo com a direção da RBN FM, alguns dos artistas que têm canções veiculadas na emissora são da comunidade.

Entre as emissoras comunitárias estudadas, a rádio é a única que tem um programa voltado para o público infantil. Por mais que o próprio nome da atração, “Musical Infantil Duda Show”, indique uma grande presença de músicas, a ideia mostra uma tentativa de se atingir as crianças, que não fazem parte do principal grupo de ouvintes da RBN FM, que são de pessoas acima dos 40 anos.

Os programas classificados como de gênero propagandístico são de cunho religioso e sob responsabilidade de pessoas de diferentes denominações, como católicos e evangélicos. Tais atrações ocupam 11% da grade semanal, o que quase supera a soma dos programas jornalísticos e comunitários, que têm 6% cada. Das

duas atrações jornalísticas, uma delas é “A Voz do Brasil”, que é transmitida em cadeia nacional e não é produzida pela RBN FM. O outro programa do gênero é da área de esportes. Com a mesma duração semanal, a atração com enfoque comunitário é o programa “Bom dia Comunidade”, que será analisado mais adiante.

Durante a programação estão inseridas vinhetas que buscam incentivar os ouvintes locais a participar da rádio, mandar músicas e sugestões. Na parte de apoio cultural, as empresas anunciantes são da localidade. Como forma de ampliar o público, a RBN FM disponibiliza no site a transmissão ao vivo dos programas, juntamente com uma câmera que permite a visualização em tempo real das imagens do estúdio.

A distribuição das atrações pela programação de segunda à sexta-feira segue o modelo classificado por Ferraretto (2000) como em fluxo, uma vez que os programas de cunho informativo (“Bom dia Comunidade”, “Hora do Esporte” e “A Voz Do Brasil”) estão alocados como blocos de intervalo entre a parte musical, que é majoritária e é composta por elementos do gênero entretenimento e *playlist*.

Já na grade do final de semana a distribuição é linear, com a grande predominância de atrações de entretenimento, mais especificamente as musicais, que ocupam 19h da programação dos sábados e 22h dos domingos. Nos dois dias o restante das horas pertence ao gênero propagandístico, com programas religiosos.

9.2 Curitiba FM

A Rádio Curitiba FM está situada na Rua Santa Fé nº 76, na Cidade Industrial de Curitiba (CIC), zona sul da Capital. Com o slogan “a voz do trabalhador, essa é nossa”, a emissora está no ar desde 1º de maio de 2002, uma data que foi escolhida propositalmente para homenagear os trabalhadores, conforme revelou Custódio da Silva²⁵, presidente de honra do Centro de Atendimento Comunitário São Jorge, entidade que possui a autorização da rádio.

A Rádio Curitiba FM vem dentro da CIC, então, para homenagear todos os trabalhadores, que não tinham essa comunicação livre, acesso nenhum à comunicação. A Rádio Curitiba, a voz do trabalhador, vem nesse intuito, nesse sentido de servir àqueles que queriam falar e não tinham como falar, que queriam espaço, mas não tinham esse espaço, para poder suprir essa necessidade. [...] A Curitiba vai trabalhar em cima do primeiro emprego, da

²⁵ Entrevista ao autor no dia 13 de outubro de 2010.

qualificação profissional, exigir das autoridades competentes constituídas o respeito aos ouvintes, respeito à população trabalhadora. (SILVA, 2010).

Segundo o presidente de honra, a Curitiba FM tem a potência de 25 watts e altura da antena de 32m. A área de cobertura se concentra principalmente nos bairros da CIC e do Campo Comprido, com o público-alvo formado principalmente por trabalhadores. A expansão da participação da audiência na programação da emissora faz parte de um projeto que está para ser colocado em prática, com a divulgação de 300 mil panfletos e a passagem de carros de som pelas ruas da região com as transmissões da rádio. Custódio comenta que a emissora está para adquirir o equivalente a R\$ 19,5 mil em equipamentos sofisticados e que serão importantes para melhorar a locução, o som e o espaço de cobertura, que são itens considerados importantes por ele.

A comunidade quer participar. Às vezes a Rádio Curitiba FM – A voz do trabalhador ainda não está em condições de equipamentos para suprir as demandas da comunidade. Mas a nossa ideia é que todos participem, o pequeno, o micro, o médio, o empresário, o trabalhador, as grandes indústrias, que adotem a Rádio Curitiba FM como deles, para que nós possamos fazer essas pessoas servirem bem à programação e à qualificação dos programas da rádio. (SILVA, 2010).

Um próximo passo que também envolve a Curitiba FM é a eleição para presidente da associação. De acordo com Custódio, o mandato da atual gestão se encerra em dezembro e já que não há interesse por parte dos dirigentes em continuar no cargo, será feita uma convocação. Outro plano é o de expandir a programação jornalística, considerada fundamental pelo presidente de honra. Existe a intenção de se contratar profissionais da área e se fazer convênios com faculdades de jornalismo para elaborar noticiários voltados ao bairro.

O ouvinte hoje é muito exigente, ele não quer saber se a rádio é comunitária ou não. Ele quer se satisfazer das notícias e as notícias têm que ser verdadeiras, têm que ter qualidade e pra você trazer essa qualificação dentro de uma emissora de rádio, você tem que procurar os profissionais do jornalismo, da área da imprensa e esses profissionais têm custo e custo muitas vezes é elevado e foge do nossa limitação porque a rádio comunitária não é aberta. (SILVA, 2010).

Na opinião de Silva, a maior limitação enfrentada é a potência, que restringe o alcance da Curitiba FM para outros bairros. Ele conta que antes do começo da operação das rádios no Boqueirão e no Bairro Novo era possível sintonizar a emissora da CIC nessas localidades. Um segundo entrave para a rádio é a proibição

em falar preços das mercadorias anunciadas, o que dificulta a obtenção de lucros e, por conseguinte, a melhoria da programação.

Por conta de anúncios de preços a Curitiba FM já enfrentou problemas com a fiscalização e recebeu duas multas. O motivo disso foi um locutor que citou preços de produtos durante o anúncio de mercadorias. Houve uma denúncia na Anatel, que requisitou a gravação das transmissões da emissora feita nos 30 dias anteriores e constatou a irregularidade. Silva conta que o episódio aconteceu por falta de aviso ao apresentador e em virtude de trocas na presidência da emissora na ocasião.

A colocação das emissoras comunitárias na frequência de 98,3 também foi apontada como negativa por ele, que comentou a existência da pressão feita por rádios abertas para que tal regulamentação fosse feita, com receio de perder audiência. A Curitiba FM se disse aberta a somar esforços com outras emissoras comunitárias e afirmou que já existe uma relação de companheirismo e de troca de informações.

9.2.1 Programação da Rádio Curitiba FM

A grade de programação da Curitiba FM foi fornecida pela emissora no dia 11 de agosto de 2010 e está colocada a seguir, juntamente com a descrição de cada uma das 13 atrações transmitidas pela própria rádio.

TABELA 4: Programação de segunda a sexta-feira da Curitiba FM

0h às 6h	<i>Playlist</i>
6h às 9h	A verdade Sem Medo
9h às 12h	Bom Dia Curitiba
12h às 13h	Momento Jurídico
13h às 14h	Tá na Mesa
14h às 16h	120 Minutos
16h às 19h	Curitiba Alto-Astral
19 às 20h	A Voz do Brasil
20h às 22h	Good Times
22h às 23h	Hip-hop Roots

23h às 0h	<i>Playlist</i>
-----------	-----------------

FONTE: Curitiba FM (2010)

TABELA 5: Programação de sábado da Curitiba FM

0h às 9h30	<i>Playlist</i>
9h30 às 10h	Comunicação Dynamis
10h às 12h	Curitiba na Comunidade
12h às 13h	Surf Music
13h às 15h	Hip-hop Roots
15h às 0h	<i>Playlist</i>

FONTE: Curitiba FM (2010)

TABELA 6: Programação de domingo RBN FM

0h às 0h	<i>Playlist</i>
-------------	-----------------

FONTE: Curitiba FM (2010)

9.2.2 Descrição dos programas da Curitiba FM:

Playlist: músicas e vinhetas reproduzidas automaticamente pelo computador.
Gênero: *Playlist*.

A Verdade Sem Medo: programa jornalístico, com debates e informações dos assuntos presentes nos jornais. Apresentação de Max Gil e Custódio da Silva.
Gênero: Jornalístico.

Bom dia Curitiba: programa de variedades voltado para as donas-de-casa, com música, participação do ouvinte, horóscopo, notícias de sites e jornais. Apresentação de Samuel Dias. Gênero: Especial.

Momento Jurídico: advogado apresenta informações, dicas úteis sobre o tema e tira-dúvidas. Apresentação de Paulo Silas. Gênero: Serviço.

Tá na Mesa: programa humorístico com piadas sobre assuntos da atualidade. Apresentação de Vitor Martins e Juliano Alves. Gênero: Entretenimento.

120 Minutos: duas horas de *playlist* com música pop/rock nacional e internacional. Gênero: *Playlist*.

Curitiba alto-astral: Informações do momento, com participação do ouvinte e músicas. Apresentação de Rodrigo Cena. Gênero: Especial.

A Voz do Brasil: programa jornalístico apresentado em cadeia nacional pelas emissoras de rádio. Gênero: Jornalístico.

Good Times: músicas românticas e traduções das letras. Apresentação de Max Gil. Gênero: Entretenimento.

Hip-hop Roots: Músicas de hip-hop. Apresentação de Fernandinho do Morro. Gênero: Entretenimento.

Comunicação Dynamis: atração voltada ao bairro, com a apresentação de temas de serviço e músicas evangélicas. Apresentação de Lucas Bergo. Gênero: Comunitário

Curitiba na Comunidade: programa destino ao noticiário do bairro, acompanhado da transmissão de músicas sertanejas. Apresentação de João Pereira. Gênero: Comunitário.

Surf Music: músicas do estilo surf music. Apresentação de Pinho Matos. Gênero: Entretenimento.

Portanto, das 168h semanais que a Curitiba FM tem transmissões, a divisão pelos gêneros radiofônicos ficou dividida na seguinte maneira:

Jornalístico: 20h (dois programas: “A Verdade Sem Medo” e “A Voz do Brasil”)

Especial: 30h (dois programas: “Bom Dia Curitiba” e “Curitiba Alto-astral”)

Serviço: 5h (um programa: “Momento Jurídico”)

Entretenimento: 23h (quatro programas: “Tá na Mesa”, “Good Times”, “Hip-hop roots” e “Surf Music”)

Comunitários: 2h30min (dois programas: “Comunicação Dynamis” e “Curitiba na Comunidade”)

Playlist: 87h30min (dois programas: *playlist* e 120 minutos)

A quantificação semanal da carga horária por gênero radiofônico fica assim distribuída:

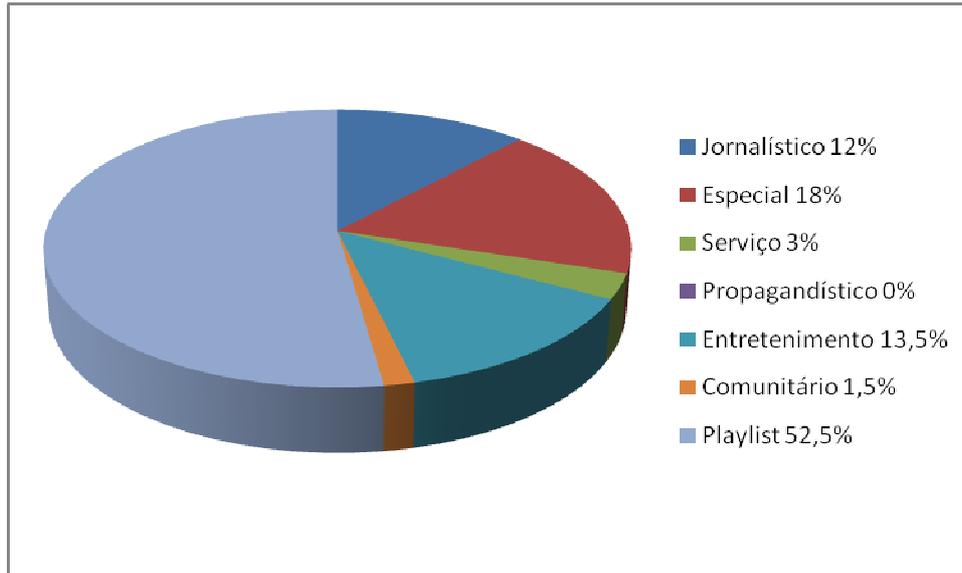


GRÁFICO 2 – Porcentagem da presença dos gêneros radiofônicos na programação da Curitiba FM
 FONTE: O autor (2010)

A Rádio Curitiba FM apresenta no gráfico que mais da metade da carga horária semanal é composta por *playlist*. O motivo principal disso é a ausência de programas entre as 15h do sábado e as 6h de segunda-feira. A emissora conta com 13 programas, dos quais dois são comunitários, dois são jornalísticos, dois do gênero especial, um de serviço, dois programas de *playlist* e quatro de entretenimento, inclusive com atrações voltadas para estilos como Surf Music e Hip-Hop.

No gênero de serviço, o programa “Momento Jurídico” é uma forma de o ouvinte questionar e tirar dúvidas do assunto diretamente com um advogado. A Curitiba FM conta com dois programas que foram classificados no gênero especial por serem de variedades, como o “Bom dia Curitiba” e o “Curitiba Alto-astral”, que possuem um formato que mistura informações e música.

As atrações de conteúdo comunitário estão presentes nas manhãs de sábado da emissora, porém o “Curitiba na Comunidade” já não estava mais no ar no mês de setembro, o período de análise dos programas. A outra atração é o “Comunicação Dynamis”, que traz mensagens de conscientização acerca de temas de atuais como drogas e violência e também a leitura do jornal “Gazeta da Informação”, que é distribuído em bairros das zonas sul e norte de Curitiba. Já a parte jornalística da programação é formada pelos programas “A Voz do Brasil” e “A Verdade Sem Medo”, que será analisado mais adiante.

A Curitiba FM também dispõe de um site, em que disponibiliza a programação e a transmissão ao vivo das atrações. Durante a apresentação, os locutores sempre enfatizam a abertura da emissora para sugestões e participação da comunidade por meio de canais diferentes do telefone, como programas de mensagens instantâneas por computador e recados no site.

Quanto à distribuição das atrações pela programação classificada por Ferraretto (2000), a Curitiba FM segue de segunda a sexta-feira o modelo de fluxo. Nos dias de semana na parte da manhã, há programas do gênero jornalístico e especial (“A Verdade Sem Medo” e “Bom dia Curitiba”, respectivamente), acompanhados por atrações de entretenimento. À tarde há um programa do gênero especial, o “Curitiba Alto-astrol”, antecedido por atrações e musicais e que tem na sequência o programa jornalístico “A Voz do Brasil”.

No sábado é visto o modelo de mosaico, já que as atrações da manhã pertencem ao gênero comunitário, as da tarde ao entretenimento e depois, toda a grade passa a ser *playlist*.

A programação de domingo é considerada como linear, pois só contém a reprodução automática do conteúdo presente no computador da emissora.

9.3 Esperança FM

A Rádio Esperança FM está localizada na Rua Amador Bueno nº 1163 e está vinculada à Associação Cristã de Ação Social e Comunitária do Cajuru. Conforme o diretor executivo e fundador da emissora, José Soares²⁶, a rádio entrou no ar pela primeira vez em 2006, oito anos depois de começar o trâmite para se conseguir a autorização. Ele conta que a primeira resposta dada pelo Ministério das Comunicações ao pedido veio apenas em 2002. A emissora conta com uma antena de 30m de altura e potência de 25 watts, o que garante o alcance em até 3km de distância, em aproximadamente 12 vilas. Trabalham ativamente na rádio quatro voluntários.

O objetivo da rádio, a FM Esperança, é fazer uma ligação, promover o bairro. Na verdade, o alvo da rádio comunitária, principalmente da nossa rádio, é fomentar o comércio do bairro, as associações de bairro, os clubes de mães, os órgãos do governo, a prefeitura, por exemplo; do próprio

²⁶ Entrevista ao autor no dia 26 de outubro de 2010.

governo do estado, que funciona aqui no bairro, promover, por exemplo, em épocas de vacinação, divulgar os trabalhos e os cursos que nós temos aqui no bairro oferecidos por várias instituições. Além de tudo isso, promover nas escolas gincanas escolares, divulgar, fazer chamadas, uma série de coisas. Só que, claro, nós nos colocamos à inteira disposição desses órgãos, das escolas, vamos lá, colocamos cartazes, mas infelizmente nem sempre a comunidade está aberta para usar, desfrutar desse serviço. (SOARES, 2010).

Conforme o diretor executivo, o público da Esperança FM é variado conforme a faixa de horário da programação, que foi elaborada pelos próprios integrantes da rádio, com base nas necessidades encontradas. A grade é alterada geralmente a cada seis meses.

Segundo Soares, a maior dificuldade enfrentada é na parte estrutural, com escassez de equipamentos. Uma das causas disso é a falta de compreensão dos anunciantes locais acerca do que se trata o apoio cultural, pois alguns deles acham que por ser uma rádio comunitária, não há necessidade de se pagar por isso ou aguardam um retorno muito rápido nas vendas e logo cancelam a veiculação.

Um ponto abordado por ele é uma exigência da Anatel de que as rádios comunitárias tenham os equipamentos homologados e comprados por uma empresa indicada. Porém a Esperança FM desde que entrou no ar afirmou não ter encontrado o fabricante específico e por isso sofre cobranças da Anatel para que a troca seja feita.

Por exemplo, a nossa rádio está usando equipamento de uma empresa que não foi a indicada pelo documento original, porque nós procuramos na época no Brasil toda a origem da empresa que eles nos indicaram e até hoje nós não achamos. E há uma cobrança por parte da Anatel de que a gente reponha o equipamento. Mas como vamos repor se nós não temos essa empresa no mercado? [...] A questão de alcance não é tanto problema, porque nós já sabemos que é uma rádio comunitária, tem 25 watts, a gente já sabe disso e nós não temos problemas com isso não. Nós entendemos que o alcance da rádio é exatamente pra esse limite, não tínhamos outras pretensões. Algumas rádios comunitárias por aí, infelizmente, que é pra 25 watts, eles colocam aí 100. Não podia colocar nem 50 e colocam 100 e outras piores ainda estão colocando 300 watts por cima da nossa rádio. Isso quer dizer o seguinte: nós estamos sendo prejudicados e a Anatel às vezes não vê isso. (SOARES, 2010).

Um dos projetos futuros da emissora é iniciar uma campanha no Natal de 2010 e também ações para promover a participação da comunidade. Soares conta que também existe a intenção de se expandir a programação jornalística, porém, para isso é necessário algum voluntário que atue nessa área. Conforme o diretor, a

rádio tem sido pouco procurada por universidades para projetos de parceria. Com o poder público, a relação é amistosa, mas carente de mais apoios para a Esperança FM.

Com as outras emissoras comunitárias, o diretor comenta que já houve tentativas de aproximação, todas por iniciativa da Esperança FM, mas sem sucesso. O motivo apontado para isso é a existência de uma concorrência entre as rádios, o que impede a interação.

A nossa rádio foi em congressos, reuniões a nível estadual, eventos de rádio comunitária, para tratar assuntos de rádio comunitária. Fomos lá, mandamos nosso pessoal e observamos que lá não tinha nenhuma das rádios comunitárias de Curitiba. Foi em Ponta Grossa e só nós estávamos lá e isso acaba também criando em nós uma disposição para o isolamento. Infelizmente, a classe não é muito unida. O que a gente espera é que vamos retomar isso. [...] A impressão que deixa, quando não há conversação, quando não há acertos, quando não há um diálogo, é que alguém tem algum interesse nisso. Só pode ter algum interesse, ou seja, “não queremos criar um bom relacionamento, uma política de boa vizinhança, porque nós queremos ganhar espaço. Quanto menos fortalecer o outro, ou a outra, nesse caso, melhor para nós”. A questão de rádio comunitária é de grandes interesses. Os bairros precisam de um trabalho de rádio comunitária. As rádios precisam ser fortalecidas, mas estão muito sozinhas, como tem sido. (SOARES, 2010).

9.3.1 Programação da Esperança FM

A grade de programação da emissora foi fornecida pela rádio no dia 11 de agosto e também levou em conta o conteúdo e informações que estavam disponíveis no site²⁷ da Esperança FM.

TABELA 7: Programação de segunda a sexta-feira da Esperança FM

0h às 6h30	<i>Playlist</i>
6h30min às 7h	Pastor Paschoal Piragine Jr.
7h às 7h05min	Cinco minutos com Jesus
7h05 às 8h30min	<i>Playlist</i>
8h30min às 9h30min	Boas Novas
9h30min às 12h	Cajuru em Foco
12h às 12h30min	Almoçando com Deus
12h30min às 13h	Pastor Paschoal Piragine Jr.

²⁷ Acesso em 12 ago. 2010. Disponível em: <<http://esperancafm.ning.com>>

13h às 13h30min	A Hora do Milagre
13h30min às 14h	<i>Playlist</i>
14h às 18h	Tarde de Sucessos
18h às 19h	Horário Esportivo
19h às 20h	A Voz do Brasil
20h às 22h	<i>Playlist</i>
22h às 23h	Rompendo em Fé
23h às 23h30min	Pastor Paschoal Piragine Jr.
23h30min às 0h	<i>Playlist</i>

FONTE: Esperança FM (2010)

TABELA 8: Programação de sábado da Esperança FM

0h às 6h30	<i>Playlist</i>
6h30min às 7h	Pastor Paschoal Piragine Jr.
7h às 7h05min	Cinco minutos com Jesus
7h05 às 8h30min	Balança Brasil
8h30min às 9h	Boas Novas
9h às 10h	O Reino de Deus em seu lar
10h às 11h	<i>Playlist</i>
11h às 12h	Espaço Jovem – Igreja Batista Sião
12h às 12h20min	Cinco minutos com Jesus
12h20min às 13h	Pastor Paschoal Piragine Jr.
13h às 16h	<i>Playlist</i>
16h às 19h	Ritmo Forte
19h às 23h	<i>Playlist</i>
23h às 23h30min	Pastor Paschoal Piragine Jr.
23h30 às 0h	<i>Playlist</i>

FONTE: Esperança FM (2010)

TABELA 9: Programação de domingo da Esperança FM

0h às 6h30	<i>Playlist</i>
6h30min às 7h	Pastor Paschoal Piragine Jr.
7h às 18h	<i>Playlist</i>
18h às 20h30min	Culto ao vivo da Igreja Batista Sião
20h30 às 23h	<i>Playlist</i>
23h às 23h30min	Pastor Paschoal Piragine Jr.

FONTE: Esperança FM (2010)

9.3.2 Descrição dos programas da Esperança FM:

Playlist: músicas e vinhetas reproduzidas automaticamente pelo computador.
Gênero: *Playlist*.

Pastor Paschoal Piragine Júnior: palavra religiosa para reflexão. Gênero: Propagandístico.

Cinco minutos com Jesus: momento de reflexão religiosa sob responsabilidade da Igreja Luterana São Marcos. Gênero: Propagandístico.

Boas Novas: versículos da Bíblia e palavras de reflexão com apresentação do Pastor Josué Ribeiro de Andrade. Gênero: Propagandístico.

Cajuru em Foco: assuntos de utilidade pública e informações voltadas para a comunidade. Gênero: Comunitário.

Almoçando com Deus: atração religiosa apresentada pelo Pastor José Soares. Gênero: Propagandístico.

A Hora do Milagre: programa religioso sob responsabilidade da Igreja Batista Sião de Curitiba. Gênero: Propagandístico.

Tarde de Sucessos: músicas, informações sobre esportes, entretenimento e sorteio de brindes, com apresentação de DJ Santos Mix. Gênero: Especial.

Horário Esportivo: notícias dos times de futebol do Paraná e sobre as demais modalidades esportivas, com apresentação de Airton Filho. Gênero: Jornalístico.

A Voz do Brasil: programa jornalístico transmitido em rede nacional pelas emissoras de rádio. Gênero: Jornalístico.

Rompendo em Fé: programa religioso apresentado pelo Pastor Clodoaldo. Gênero: Propagandístico.

Balança Brasil: atração musical comanda pelo Tito da São Domingos. Gênero: Entretenimento.

O Reino de Deus em seu lar: programa religioso sob responsabilidade da Igreja Batista Sião de Curitiba. Gênero: Propagandístico.

Espaço Jovem – Igreja Batista Sião de Curitiba: atração religiosa coordenada pela Igreja Batista Sião de Curitiba. Gênero: Propagandístico.

Ritmo Forte: programa com música, participação do ouvinte e informações, apresentado por Fábio Pipo. Gênero: Especial.

Culto ao vivo da Igreja Batista Sião de Curitiba: transmissão do culto de domingo. Gênero: Propagandístico.

Das 168h semanais que a Esperança FM tem transmissões, a divisão da carga horária nos gêneros radiofônicos fica assim dividida:

Jornalístico: 10h (dois programas: “Hora do Esporte” e “A Voz do Brasil”)

Especial: 23h (dois programas: “Tarde de Sucesso” e “Ritmo Forte”)

Serviço: 0h (nenhum programa)

Propagandístico: 31h (nove programas: “Pastor Paschoal Piragine Jr.”, “Cinco minutos com Jesus”, “Boas Novas”, “Almoçando com Deus”, “A Hora do Milagre”, “Rompendo em Fé”, “O Reino de Deus em seu lar”, “Espaço Jovem – Igreja Batista Sião de Curitiba”, “Culto ao vivo da Igreja Batista Sião de Curitiba”)

Entretenimento: 1h25min (um programa: “Balança Brasil”)

Comunitário: 12h30min (um programa: “Cajuru em Foco”)

Playlist: 90h05min (um programa)

A quantificação semanal da carga horária por gênero radiofônico na Esperança FM fica dessa forma distribuída:

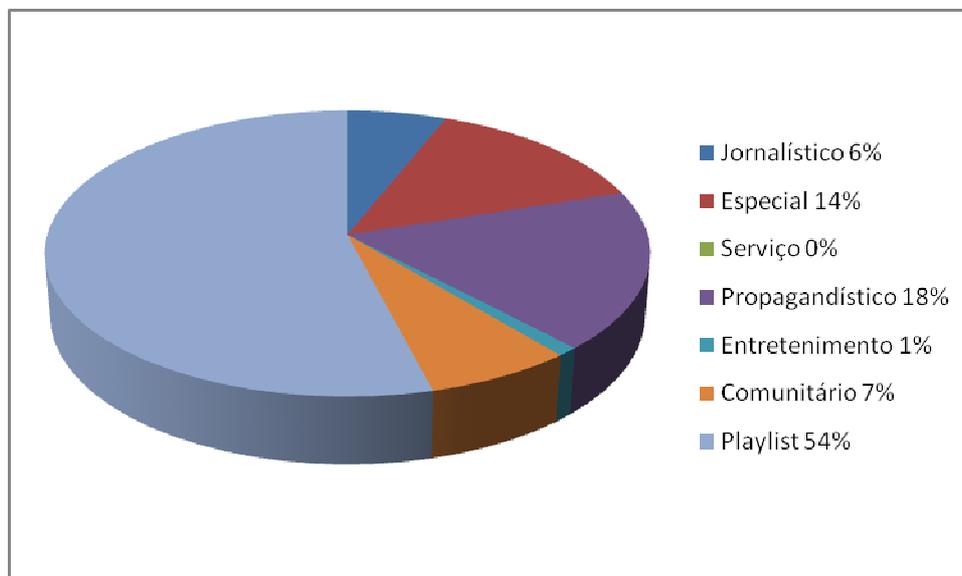


GRÁFICO 3 – Porcentagem da presença dos gêneros radiofônicos na programação da Esperança FM
 FONTE: O autor (2010)

A grade de programação da Rádio Esperança FM apresenta uma diferença com relação às outras emissoras que é a grande presença de atrações do gênero

propagandístico, ou seja, com uma temática eminentemente religiosa. Nove dos 17 programas seguem essa linha, em virtude do vínculo com a Igreja Batista Sião de Curitiba, que tem até mesmo um culto transmitido ao vivo no domingo.

A carga horária semanal desses programas é o triplo do tempo das atrações jornalísticas e mais do que o dobro do que o “Cajuru em Foco”, que tem enfoque comunitário e será analisado mais adiante.

A diferença mais notável percebida na programação é a presença de uma única atração do gênero entretenimento, com proposta musical. Ao contrário das outras emissoras analisadas, em que há grande carga horária deste tipo programa, na Esperança FM apenas 1h25min semanais são voltados para esse gênero. Porém é válido ressaltar que mesmo os programas dos gêneros especial e propagandístico apesar de não terem uma proposta totalmente voltada à execução de músicas, veiculam canções.

Ainda na parte musical, a *playlist* está presente em mais da metade da carga horária semanal de programação, impulsionada principalmente pelas transmissões das madrugadas e pelos domingos, quando chega a ficar no ar por 11h seguidas.

Quanto à parte jornalística, o único programa de produção própria da emissora é o “Horário Esportivo”, que é voltado para uma área segmentada do noticiário.

A distribuição das atrações pela grade de programação da Esperança FM segue o modelo considerado por Ferraretto (2000) como mosaico. Em todos os dias da semana existem nas faixas horárias uma alternância entre atrações religiosas, do gênero propagandístico, com outras pertencentes aos demais gêneros. Entre segunda e sexta-feira a programação de manhã é majoritariamente propagandística, exceto pelo “Cajuru em Foco”. Já à tarde predominam os programas do gênero especial e jornalístico, para na parte da noite retornar as atrações propagandísticas. Nos sábados e nos domingos a grade possui uma alternância e nos programas entre os gêneros propagandístico e *playlist*.

9.4 RCB FM

A RCB FM está no ar desde 2002 e tem vínculo com a Associação Comunitária Cultural e Artística Folha do Boqueirão, com sede na Rua Waldemar Loureiro de Campos nº 2885. Desde o começo do trabalho, mesmo após vários

pedidos, os representantes da emissora não forneceram informação alguma e também se negaram a dar entrevistas. Os motivos alegados foram o processo de reformulação de equipe da programação que a rádio passa e também a falta de interesse de estudantes de jornalismo em produzir um programa na RCB. Conforme o relato ouvido, os acadêmicos apenas procuram a rádio para tirar informações, não dão o retorno do que foi levantado e não a procuram para produzir algum tipo de conteúdo. Por conta disso, a rádio não teve nenhum programa analisado.

9.5 Perfil da programação das rádios comunitárias de Curitiba

Com base nas programações e descrições fornecidas pelas três rádios comunitárias de Curitiba participantes deste trabalho (RBN FM, Curitiba FM e Esperança FM), pode-se concluir que a segmentação dos gêneros radiofônicos fica assim distribuída conforme uma média:

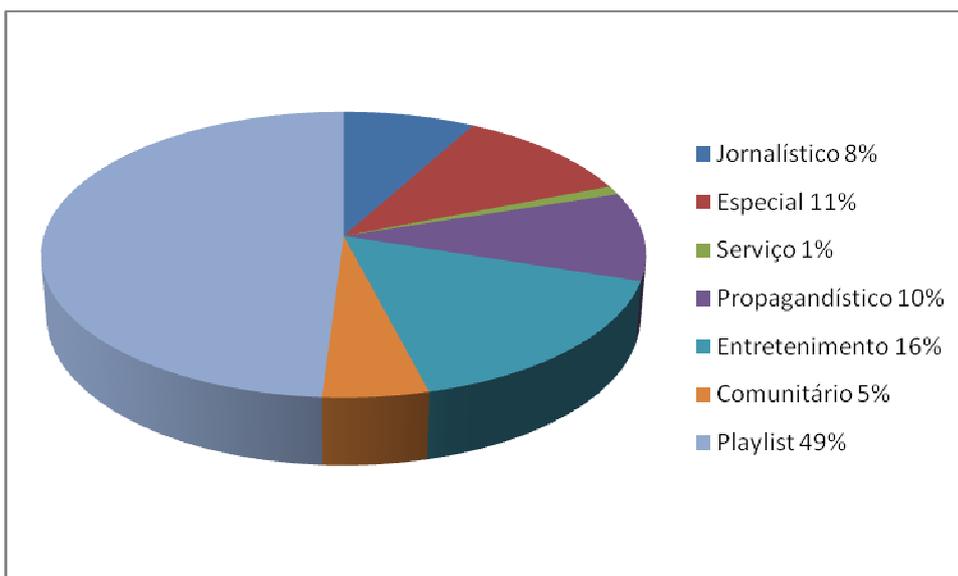


GRÁFICO 4 – Porcentagem da presença dos gêneros radiofônicos nas programações das rádios comunitárias de Curitiba
 FONTE: O autor (2010)

Os dois gêneros predominantes nas programações das rádios comunitárias de Curitiba são de origem musical. Tanto a *playlist*, com 49%, quanto as atrações de entretenimento, 16%, possuem a reprodução de canções como o foco principal e por isso, são gêneros parecidos entre si. A única diferença é que em um deles há a locução de um apresentador e a possibilidade de participação dos ouvintes.

Se somarmos as duas categorias, temos o dado que 65% das programações semanais das emissoras têm como objetivo principal a transmissão de músicas. O terceiro e o quarto gêneros mais explorados, o especial, com 11%, e o propagandístico, com 10%, também possuem uma parte musical significativa na proposta dos programas. Isso se dá ou pela alternância entre músicas e informações, como no primeiro caso, ou por meio de música gospel, no segundo tipo. A presença de atrações religiosas, pertencentes ao gênero propagandístico, mostra a parceria ou o vínculo das emissoras com grupos religiosos.

Os programas jornalísticos alcançaram 8% do total da carga horária das programações impulsionados pela presença obrigatória do “A Voz do Brasil”, que é transmitido em rede nacional. Em todas as emissoras analisadas, também há uma outra atração deste gênero presente na programação. Em duas delas, RBN FM e Esperança FM, é um programa esportivo e já na Curitiba FM, como será analisado mais adiante, consiste em uma atração jornalística com leitura das notícias e comentários.

Entre os gêneros menos explorados estão tanto os programas de serviço, com a proposta de esclarecer dúvidas, e os comunitários, com notícias e debates acerca de temas da comunidade em que a emissora está sediada. Nas emissoras estudadas só há um programa do gênero serviço, que é o “Momento Jurídico”, da Curitiba FM. Quanto às atrações comunitárias, como será explicado a seguir, existe o predomínio de informações que não são referentes à comunidade da rádio e também a grande execução de músicas.

A presença de *playlist* em 49% das programações das rádios comunitárias de Curitiba exemplifica que quase metade das grades possuem horários vagos, que poderiam ser aproveitados por outras atrações produzidas pelas próprias emissoras.

10. Análises das atrações jornalísticas

Dentro dos programas analisados nas emissoras comunitárias de Curitiba, o predomínio é da presença dos seguintes formatos já categorizados anteriormente:

Notícias: é o que mais está presente nos programas, com as leituras de conteúdo publicado em outros veículos da imprensa;

Comentário: análise crítica sobre algum fato relatado nas notícias narradas no programa;

Nota: as informações breves com características de recados sobre acontecimentos locais não são muito presentes;

Entrevista: formato pouco explorado nas emissoras analisadas;

Editorial: foi encontrado apenas uma vez durante o período de estudo;

Debate: apareceu como uma forma rápida de interação entre os dois apresentadores, com a discussão dos temas presentes nas notícias do dia;

Conforme já foi explicado, o presente trabalho analisou programas diários presentes na programação matutina das emissoras comunitárias de Curitiba-PR. A escolha recaiu nesse período porque na parte da tarde e da noite as atrações são majoritariamente pertencentes ao gênero entretenimento. Outro fator que justifica tal recorte é a presença de programas jornalísticos e principalmente de enfoque comunitário, conforme a descrição fornecida pelas próprias rádios. Dos veículos analisados, somente a Curitiba FM não possui atrações caracterizadas como pertencentes ao gênero comunitário na parte da manhã da grade de programação dos dias de semana.

Durante o processo de análise, cada edição das atrações foi acompanhada e gravada, o que totalizou cinco programas. O estudo realizado levou em conta o critério quantitativo por tempo da presença de formatos jornalísticos e dentro desta categoria, a presença de conteúdo referente à localidade onde a emissora está sediada. Esses dois critérios foram colocados em comparação com o tempo total da transmissão da atração durante os cinco dias analisados. A única emissora comunitária de Curitiba que não teve programa estudado foi a RCB FM, como já foi explicado anteriormente.

10.1 “Programa Bom dia Comunidade” – RBN FM

O programa analisado da RBN FM foi o “Bom Dia Comunidade”, uma atração transmitida ao vivo de segunda-feira à sexta-feira das 9h às 11h da manhã e que pertence ao gênero comunitário na classificação feita. As edições da semana de 13 a 17 de setembro de 2010 foram acompanhadas e gravadas por meio da transmissão feita pelo site da emissora. O horário da veiculação é diferente do que está revelado na grade de programação fornecida pela rádio, que era das 8h às 10h, por conta da transmissão do horário eleitoral obrigatório e do presença de um programa musical chamado “Bom dia Brasil”, que vai ao das 8h às 9h.

O slogan da atração é: “Bom dia Comunidade, o programa do vereador Denilson Pires, o vereador mais atuante da região sul de Curitiba.” Os apresentadores são o Professor Geléia e Cléo Domingues, com eventuais participações de outros locutores na parte de notícias do trânsito. Porém, na semana analisada, Cléo Domingues somente participou da apresentação nos programas de segunda-feira e quarta-feira.

O “Bom Dia Comunidade” traz músicas do gênero sertanejo, leitura de notícias de jornais e sites, informações de trânsito, novidades do mundo das celebridades, horóscopo, resumo das novelas e bloco de apoio cultural de empresas da região da rádio. A grande parte do conteúdo transmitido é lido diretamente de outras fontes de notícia, com predominância para informações de cunho policial retirado do jornal “Tribuna do Paraná” e de notícias de futebol, como resultados dos campeonatos e a preparação dos times. Também há a inserção de vinhetas e jingles do vereador Denilson Pires.

Durante o período analisado, em nenhum dos dias o programa começou às 9h da manhã, com atrasos que fizeram a duração ser menor do que duas horas, com uma variação entre 1h11min50s e 1h47min32s. A soma das horas que a atração foi veiculada durante a semana foi de 7h9min17s, de um total de dez horas possíveis, se levarmos em consideração o espaço da grade de programação destinado para o “Bom Dia Comunidade”.

A estrutura do programa se assemelha a uma rádiorevista, com a mescla de jornalismo e entretenimento. A atração começa ou com música ou com a leitura das manchetes dos jornais de Curitiba feita alternadamente entre os apresentadores.

Após a abertura, o programa segue com a execução de alguma música para depois haver a leitura das manchetes citadas anteriormente. O texto transmitido pela locução é idêntico ao encontrado nas edições do dia dos veículos citados anteriormente e também em páginas de portais na internet. Uma prova disso foi no dia 13 de setembro, quando a apresentadora Cléo Domingues ao ler uma das chamadas de capa da edição do dia da “Gazeta do Povo” errou ao pronunciar o nome do repórter que era o autor do texto. Ao perceber o que havia feito, ela se desculpou com os ouvintes.

A leitura das notícias tem um fundo musical e em poucas vezes é intercalada por alguns comentários sobre o tema. É comum os apresentadores mandarem recados para algum ouvinte em especial, como amigos. Cada conjunto de informações apresentado é separado por músicas ou blocos de apoio cultural, que têm a duração aproximada de 10min. Não há a veiculação de matérias produzidas pela emissora. A parte final do programa traz notícias de futebol e por fim, horóscopo. Quando Cléo está presente, também há uma seção de notícias das celebridades e resumo dos capítulos das novelas. Na semana analisada não foi registrada nenhuma ligação telefônica do público durante o programa para passar informações, sugerir temas ou pedir músicas.

Durante o período de acompanhamento, os veículos mais utilizados para a leitura de notícias foram a “Gazeta do Povo”, “Correio Paranaense”, “Jornal do Ônibus” e principalmente a “Tribuna do Paraná”, que juntamente com o seu site parceiro, “Paraná Online”, tiveram 62 matérias lidas no ar que puderam ser identificadas. Em segundo lugar está a “Gazeta do Povo”, com 13. Também foram encontradas as leituras de textos produzidos pela Agência Estadual de Notícias do Paraná e pela Assessoria de Imprensa da Prefeitura de Curitiba.

No total, durante a semana analisada, o tempo dedicado ao formato jornalístico foi de 2h18min56s, o que equivale a 30% de todo o período do “Bom dia Comunidade”. A média diária de tempo destinado às notícias é de aproximadamente 27min. Durante os programas da semana foram tocadas músicas 39 vezes, algumas delas repetidas. Constata-se o predomínio de notícias de cunho policial, seguido da área de esporte.

As informações locais apareceram ao longo do período analisado nos programas de terça, quarta e quinta-feira, o que totalizou 8min33s ao longo dos

cinco dias. A quantidade equivale a aproximadamente 1,8% da transmissão semanal da atração e a 6,1% da quantidade de tempo de conteúdo jornalístico. Nos outros programas da semana, o de segunda e o de sexta-feira, não houve menção a acontecimentos da localidade de cobertura da rádio.

TABELA 10 – SEGMENTAÇÃO POR TEMPO DO PROGRAMA “BOM DIA COMUNIDADE”

Dia	Tempo Total	Jornalismo	Conteúdo local	Músicas
13/set.	1h40min50s	32min40s	Zero	11
14/set.	1h14min43s	27min42s	54s	7
15/set.	1h47min32s	30min6s	6min41s	12
16/set.	1h11min50s	25min49s	59s	4
17/set.	1h14min22s	22min39s	Zero	5
Total	7h9min17s	2h18min56s	8min33s	39

FONTE: O autor (2010)

Destes 8min33s, na terça-feira a transmissão de 54s se referiu a um crime ocorrido no mesmo bairro em que a emissora está sediada, em uma rua paralela à da rádio. A notícia foi lida de uma matéria publicada no jornal “Tribuna do Paraná” e no site “Paraná Online”, porém não há menção por parte do locutor sobre a proximidade do acontecimento.

Na quarta-feira, 6min41s do tempo dedicado a conteúdo comunitário consistiu em uma defesa dos locutores ao vereador Denilson Pires, ex-apresentador do programa, que havia ficado preso por três dias sob a acusação de irregularidades no Sindicato dos Motoristas e Cobradores do Transporte de Passageiros de Curitiba e Região Metropolitana (Sindimoc). O apresentador, Professor Geleia, afirmou ao vivo que a prisão foi injusta, motivada por brigas políticas de pessoas que no passado apoiavam o vereador e ressaltou os trabalhos feitos por Pires para o bairro. A apresentadora Cléo Domingues leu uma matéria retirada do site “Bem Paraná”, em que texto revelava que a Câmara dos Vereadores iria ouvir o acusado sobre o caso para que pudesse ser apresentada a defesa. Os recursos opinativos apresentados nessa ocasião, segundo Barbosa Filho (2009, p. 97), são classificados como editorial, pois retratam o ponto de vista da instituição radiofônica.

Já na quinta-feira, os 59s de conteúdo local foram comentários feitos pelo apresentador, professor Geleia, e um convidado presente ali no dia, Helder Silva. Após ter sido lida uma notícia de que a prefeitura municipal lançou edital de licitação

para a construção de um binário nos bairros Campina do Siqueira e Bigorriho, os dois frisaram a necessidade de uma obra parecida na região da emissora. Segundo eles, tal intervenção vai melhorar o trânsito em uma das vias locais e ajudar o comércio. Por fim, Helder e Geleia comentaram que o vereador Denilson Pires já abordou essa necessidade em algumas conversas e sugeriram a inclusão da ideia para uma próxima reunião da administração municipal.

Também na quinta-feira houve a transmissão feita por outro locutor de um recado com enfoque comunitário, porém foi antes de o “Bom dia Comunidade” começar e por isso não consta no levantamento. A mensagem foi ao ar por volta das 9h30min e informava as visitas ao bairro de candidatos ao governo do Paraná. No dia anterior, segundo a informação veiculada, Osmar Dias esteve na localidade e o recado foi que naquela manhã, a partir das 10h, o candidato Beto Richa estaria presente. Por fim, o locutor chamou a todos os ouvintes que quisessem dar um abraço no candidato para que comparecessem em uma das ruas da localidade por onde Beto ia passar.

10.2 Programa “A Verdade Sem Medo” – Curitiba FM

“A Verdade Sem Medo” é uma atração diária do gênero jornalístico localizada na parte da manhã da emissora. Para a análise, foram acompanhadas e gravadas as edições de 28, 29 e 30 de setembro e 1º e 4 de outubro. Nos três primeiros dias de levantamento, o programa foi ao ar logo depois do horário eleitoral obrigatório das 7h50min às 9h da manhã, com duração máxima de 1h10min. Nos outros dois dias, o programa voltou a ser transmitido das 7h às 9h, com a duração de 2h.

Com o slogan “Jornalismo sem maquiagem”, o programa possui dois blocos e é apresentado por Max Gil e Custódio da Silva. A atração consiste na leitura do conteúdo presente em jornais, geralmente da “Gazeta do Povo”, que teve 60 matérias lidas durante o levantamento, de um total das 65 que foram ao ar.

O programa começa com a leitura de manchetes do dia, porém nem todas são retomadas depois com mais informações. Max Gil é o responsável pela leitura do conteúdo e Custódio da Silva se encarrega dos comentários sobre o tema noticiado. As observações opinativas duram cerca de três vezes mais do que as

informações retiradas dos jornais. Em alguns momentos Max também faz alguma crítica rápida. O formato de leitura seguido por comentário se repete ao longo do programa, que possui um bloco de apoio cultural de duração média de três minutos. Já ao final, há espaço para a previsão do tempo e para um pensamento do dia.

Durante as transmissões, várias vezes houve citações por parte dos locutores de que a Rádio Curitiba FM está à disposição do povo e aberta à comunidade, seja para conhecer, ou para transmitir algum recado. Nos comentários feitos após as notícias, também foram encontradas informações que visam à conscientização popular acerca de temas como drogas, violência, meio-ambiente e voto, porém tais assuntos só eram abordados se houvesse nos veículos de comunicação consultados alguma notícia referente à mesma área. Nos cinco programas acompanhados, só foi registrada uma ligação, que foi um pedido de música.

Do total de 7h30min da grade de programação da Rádio Curitiba FM destinado ao “A Verdade Sem Medo” durante o período de análise, a atração esteve no ar durante 7h10min15s, com uma duração que variou de 1h2min8s na quinta-feira, o programa mais curto, para o de sexta, que foi o mais longo, com 1h59min38s. Tal diferença se deve ao fato que até quinta-feira a atração deveria ter até 1h10min de duração por conta do horário político obrigatório. Depois disso, voltou a ter 2h. Juntamente com o aumento do tempo do programa, nas edições analisadas de sexta-feira e segunda-feira, também houve a entrada de músicas nas edições.

Das 7h10min15s que o programa esteve no ar, 6h10min43s foi dedicado ao gênero jornalístico, o que corresponde a 86,1% do tempo. Nessa quantidade estão presentes a leitura e comentário das notícias e também uma entrevista realizada na quinta-feira como uma candidata a deputada estadual. A média de tempo dedicado ao jornalismo em cada programa é de aproximadamente 1h14min.

Do tempo total dedicado a este gênero durante o período de análise, 5min24s foram de informações de conteúdo comunitário, o que corresponde a 1,25% do total do programa e a 1,45% do espaço jornalístico. Boa parte desse tempo, 5min3s, foi na sexta-feira, com a presença de informações de serviço para a população local.

A primeira delas se referia a uma pessoa que procurava uma casa de quatro a cinco peças para alugar na CIC. Outra informação era sobre um evento chamado “A Noite de Pizza”, a ser realizado no dia seguinte na Capela Sagrada Família, no Conjunto Osvaldo Cruz II, também na CIC. Na sequência, foi lembrado que toda segunda, quarta e sexta-feira, a partir 8h30min da manhã, são promovidas partidas de vôlei e futebol na praça ao lado da Creche São Miguel, no mesmo conjunto. Depois disso os apresentadores ressaltaram a importância da comunidade se mobilizar para eventos como estes e lembraram que a rádio tem a responsabilidade de divulgar ações comunitárias.

Também na sexta-feira, uma informação de conteúdo comunitário foi falada na parte final do programa, durante um comentário de Custódio da Silva sobre um assalto a uma loja de Curitiba. Ele lamentava que a falta de oportunidade para os jovens os fazem procurar o crime. Uma saída para isso, segundo o locutor, era um programa do governo federal de criar escolas técnicas profissionalizantes em municípios com mais de 40 mil habitantes e assim, incentivar as pessoas a não se envolverem com o crime. Durante dois minutos, ele falou que já está quase certo a construção de uma escola desse tipo na CIC, que vai preparar os jovens para o primeiro emprego e afastá-los das drogas e do crime.

Na segunda-feira, um dia depois do primeiro turno das eleições, o conteúdo comunitário durou 21s e foi uma ressalva feita por Custódio de que a população da CIC havia ajudado a reeleger o deputado estadual Fábio Camargo.

Ao longo dos cinco dias, também foi possível notar a posição clara e manifesta do comentarista Custódio da Silva em favor do então candidato ao governo do Paraná, Osmar Dias.

Durante o período de observação, pode se constatar que alguns dos comentários feitos fogem do tema noticiado anteriormente. Um exemplo disso foi no programa no programa de 28 de setembro, quando foi lida uma matéria publicada na “Gazeta do Povo”, que revelava que o Sistema Único de Saúde (SUS) iria reajustar a tabela de transplante e remunerar melhor o médico que faz o diagnóstico de morte encefálica. O texto informa que medida tem o objetivo de aumentar em 20% o número de cirurgias desse tipo no país. No comentário, foi afirmado que antes do reajuste, os médicos faziam “corpo-mole” e assim causavam a morte de 20% das pessoas interessadas em transplantes. Custódio da Silva completou que os

profissionais culpados por isso se formaram na Universidade Federal do Paraná à custa do dinheiro do povo, porém na matéria não havia menção a isso.

No dia 29 de setembro foi lida uma matéria também retirada do jornal “Gazeta do Povo” que noticiava uma ideia dos moradores do bairro Xaxim, em Curitiba, de colocar sirenes na rua para evitar assaltos. Assim que os moradores suspeitassem de algum movimento acionavam o sistema para alertar os vizinhos. O comentário feito por Custódio da Silva é que muitas vezes o bandido é o sistema, que traz os jovens para o crime e para a prostituição. O locutor comentou que as filhas dos ouvintes são estupradas quando são liberadas para ir a *lan-houses*, onde são liberados filmes pornográficos. Durante a crítica, também foi lembrado a existência de uma lei municipal feita por ele quando foi vereador, em que foi regulamentado o horário de entrada de menores de idade nesses estabelecimentos.

Outro exemplo de comentário que fugiu ao tema da notícia foi em 1º de outubro, quando foi lido um texto publicado no portal “G1” que informava a existência de um projeto russo de lançar um hotel espacial. A observação feita por Custódio da Silva funcionou como uma crítica, ao afirmar que os seres humanos são gananciosos, por já terem poluído o planeta e agora pretendem apostar em uma ideia que vai trazer prejuízos. Ele lamentou ter que dar essa notícia, porque disse que objetiva a igualdade social entre os humanos, porém ressaltou que não censuraria informação, como tinha feito o então candidato ao governo do Paraná Beto Richa, ao entrar com liminares na justiça que suspenderam a divulgação de pesquisas de intenção de voto. Tais ações também foram muito criticadas durante o período analisado.

TABELA 11 – SEGMENTAÇÃO POR TEMPO DO PROGRAMA “A VERDADE SEM MEDO”

Dia	Tempo Total	Jornalismo	Conteúdo local	Músicas
28/set.	1h5min	59min51s	Zero	Zero
29/set.	1h11min20s	1h8min58s	Zero	Zero
30/set.	1h2min8s	58min50s	Zero	Zero
1º/out.	1h59min38s	1h33min50s	5min3s	7
4/out.	1h52min9s	1h29min14s	21s	6
Total	7h10min15s	6h10min43s	5min24s	13

FONTE: O autor (2010)

NOTA: nos três primeiros dias de análise o programa estava alocado na grade de programação das 7h50min às 9h em virtude do horário eleitoral obrigatório.

11.2 Programa “Cajuru em Foco” – Esperança FM

O programa “Cajuru em Foco” vai ao ar de segunda à sexta-feira das 9h ao meio-dia na Esperança FM. A atração é apresentada por Roger Abade, que por incompatibilidade de horários, deixa a locução gravada para a veiculação na emissora. O programa consiste na leitura de notícias presentes em jornais, recados para ouvintes e execução de músicas.

Para a análise, foram acompanhadas e gravadas cinco edições transmitidas pelo site da Esperança FM nos dias 18, 19, 20, 21 e 25 de outubro. O programa do dia 22 não pode ser estudado por conta de uma falha na transmissão da página virtual.

O “Cajuru em Foco” tem um formato que mistura a leitura de notícias publicadas em outros veículos, com recados para ouvintes e músicas. A principal fonte de informações do programa é a “Gazeta do Povo”, que teve 11 notícias lidas das 15 que foram narradas. Também pode ser constatado que outro veículo utilizado é o portal “G1”. Em boa parte dos casos, os textos não são lidos na íntegra, o que pode causar um entendimento errado do conteúdo.

Nos programas analisados, o apresentador participa poucas vezes e na maior parte delas, é para o envio de recados. É comum ser mandadas mensagens como abraços e cumprimentos em blocos que duram cerca de três minutos, a mesma duração da parte de apoio cultural. Tais conteúdos duram mais tempo do que a parte jornalística.

Quanto à estrutura, a atração começa com a leitura de manchetes e previsão do tempo, para depois haver a alternância de músicas e locução. O apresentador participa, em média, durante quatro blocos, que chegam a ser separados pela execução de sete músicas seguidas aproximadamente.

Como é uma atração prevista para ser transmitida durante três horas ao longo de cinco dias da semana na Esperança FM, o “Cajuru em Foco” tem quinze horas de espaço. Porém, o que se viu no período analisado, é que a atração ficou no ar durante 4h49min58s. O motivo disso é que em dois dias não houve programa e a transmissão da emissora ficou apenas com músicas, vinhetas e blocos de apoio

cultural. Desse total de tempo, 12min foram dedicados ao jornalismo, o que equivale a 4,1%.

Durante os cinco dias de análise, não foi encontrado conteúdo jornalístico de cunho comunitário. Como o “Cajuru em Foco” é gravado, impossibilita também a participação por telefone dos ouvintes.

TABELA 12 – SEGMENTAÇÃO POR TEMPO DO PROGRAMA “CAJURU EM FOCO”

Dia	Tempo Total	Jornalismo	Conteúdo local	Músicas
18/out.	Não teve	Não teve	Não teve	Não teve
19/out.	2h16min25s	7min25s	Zero	20
20/out.	5min5s	1min15s	Zero	Não teve
21/out.	2h28min28s	3min20s	Zero	28
25/out.	Não teve	Não teve	Não teve	Não teve
Total	4h49min58s	12min	Zero	48

FONTE: O autor (2010)

No dia 20 de outubro foi inserido apenas um bloco que teve a participação do locutor. Na ocasião, a voz do apresentador entrou no ar pela primeira vez às 10h39min, com os dizeres: “vamos seguindo em frente com a nossa programação”. Na sequência, foram mandados recados para ouvintes e lidas duas notícias que foram publicadas na “Gazeta do Povo” de 13 dias antes, na edição de 7 de outubro. Ao final do bloco, o locutor encerra com o aviso de que retornaria em breve, mas o programa seguiu com músicas e vinhetas até o meio-dia, quando começou o horário eleitoral obrigatório.

Uma falha parecida com essa foi percebida também no programa do dia 21, quando o locutor faz um bloco inteiro de recados para ouvintes e finaliza com o aviso de que a programação seguiria com algumas músicas e que voltaria a apresentar em breve. Porém, como já era próximo do meio-dia, a transmissão foi interrompida bruscamente para o início da transmissão do horário eleitoral obrigatório. Como a apresentação é gravada, dificulta a percepção por parte do radialista do tempo restante para o programa e pode causar erros como esses.

12. Considerações Finais

Diante dos pressupostos teóricos e dos resultados das análises mostrados neste trabalho, é possível concluir que o conteúdo comunitário presente na programação e nas atrações das rádios comunitárias de Curitiba ainda é praticamente inexistente. Como já mostrado anteriormente, os programas especificamente com essa proposta nas três emissoras estudadas estão presentes em 5% do total da carga horária semanal de transmissão. As atrações jornalísticas somam 8%. Porém, mesmo dentro dessa divisão há uma presença significativa de conteúdo retirado de outras fontes de informações e também de músicas.

Nos três programas analisados de cada uma das emissoras, o tempo total de análise foi de 19h9min20s de transmissões matinais, dos quais 13min58s foram de conteúdo voltado ao bairro em que a rádio está sediada, o que equivale a 1,2% do total de tempo. Outra observação a ser feita é que boa parte das informações locais transmitidas teve origem em algum material já publicado anteriormente na imprensa, como pode ser visto a seguir:

“Bom dia Comunidade” – RBN FM:

8min33s de conteúdo local

54s de uma notícia publicada no jornal “Tribuna do Paraná” e no site “Paraná Online” sobre um assassinato ocorrido no bairro da rádio, mas não foi enfatizada a proximidade do fato;

6min41s de leitura de uma de uma defesa do vereador Denilson Pires, que havia sido preso sob acusação de irregularidades no Sindimoc, acompanhada de uma notícia publicada no site “Bem Paraná”;

59s de um comentário acerca da necessidade de um binário na região da emissora, que se originou da leitura de uma notícia publicada pela assessoria de imprensa da prefeitura sobre uma obra em outro bairro;

a) “A Verdade Sem Medo” – Curitiba FM:

5min24s de conteúdo local

1min44s de um comentário que afirmava a construção de uma Escola Técnica Profissionalizante na região da rádio. A colocação foi feita depois de um debate sobre a notícia de um assalto publicado na “Gazeta do Povo”;

21s de uma fala que comemora a eleição do deputado estadual Fábio Camargo, que segundo o comentarista, conseguiu o feito ajudado pelos moradores da CIC;

3min19s foram de avisos sobre eventos locais e um recado sobre a procura de um imóvel, com comentários que ressaltaram o compromisso da rádio em divulgar tais ações;

b) “Cajuru em Foco” - Esperança FM

Não teve conteúdo local;

Como análise dos dados apresentados anteriormente, temos que dos 13min58s de conteúdo comunitário, apenas 3min19s foram de produção das próprias rádios e feito de forma independente de qualquer outro tipo de material publicado em outro veículo. Ou seja, 10min41s, que equivale a 76,4% do tempo, tomaram como base alguma notícia já publicada para reproduzir o conteúdo, fazer algum comentário, ou para compor a argumentação da defesa do vereador Denilson Pires, que se refere mais precisamente a um editorial do que a uma notícia, como já foi explicado anteriormente.

Em nenhuma das emissoras foi encontrada a veiculação de matérias produzidas pela própria equipe. O conteúdo é transmitido com base principalmente na leitura de jornais e de sites. Tal característica se opõe à reflexão teórica escrita no começo deste trabalho, quando as rádios comunitárias foram apresentadas como um veículo capaz de trazer um conteúdo diferenciado da grande mídia para o público local.

Ainda sobre os programas analisados das três emissoras, foram executadas 100 músicas durante as transmissões, o que mostra um grande espaço dedicado a essa finalidade mesmo dentro de atrações jornalísticas ou que têm a proposta de discutir problemas locais. No período de acompanhamento só foi encontrada uma ligação durante os programas, que foi justamente para pedir música.

Porém, apesar de fatos que evidenciam a necessidade de crescimento do conteúdo local dentro das rádios comunitárias de Curitiba, as entrevistas com os representantes das emissoras mostram a intenção de melhoria. Todos revelaram projetos para incrementar e melhorar a programação, incentivar a comunidade e expandir o conteúdo jornalístico.

Para atingir esses objetivos, as emissoras apontaram como principal necessidade o aumento das verbas destinadas ao apoio cultural. As limitações financeiras previstas em Lei acabam por dificultar a melhoria técnica e também da programação, que muitas vezes não possui uma regularidade de horários e até mesmo de assiduidade dos apresentadores.

A colocação das emissoras comunitárias de Curitiba no meio do *dial*, na frequência 98,3 também foi apontada como prejudicial pelos representantes, pelo fato de existir diversas rádios comerciais em sintonias próximas. Ainda há o fato de que três das quatro emissoras da capital se encontram muito próximas uma das outras, como foi evidenciado no mapa colocado no capítulo 8. Isso leva a coincidências de sintonia em locais e indiretamente a disputas por alcance territorial. O panorama deve ficar ainda mais acirrado com a entrada de mais uma rádio na região sul, a ser localizada no bairro Pinheirinho, entre a Curitiba FM e a RBN FM

O estudo evidencia a necessidade de uma união das rádios comunitárias da capital paranaense para trocar experiências e somar esforços para a melhoria da programação. O Paraná é um dos estados que não tem representação da Abraço e a entidade estadual com atuação na área da radiodifusão comunitária, a Federação das Mantenedoras de Rádios Comunitárias (Femarcom-PR)²⁸, tem sede em Palmeira, no interior do estado.

Os representantes ouvidos consideraram que falta apoio das faculdades de jornalismo de Curitiba para a construção de projetos em conjunto de programas e atividades de extensão. Segundo eles, os estudantes não procuram as emissoras para essa finalidade, mas apenas para a execução de tarefas rápidas, como entrevistas ou estágios temporários, sem o compromisso de estabelecer vínculos mais profundos e que tragam como benefício para as rádios comunitárias um programa jornalístico.

Nesse ponto fica provada a necessidade de os próprios cursos de jornalismo incentivar projetos de extensão e a produção acadêmica na área da comunicação comunitária. Dessa forma, tanto os alunos quanto as rádios comunitárias vão sair favorecidas. Nas universidades da capital paranaense, não há na grade curricular obrigatória disciplinas próximas dessa finalidade.

²⁸ Acesso em 25 de out. de 2010. Disponível em: < <http://femarcom.nosdarede.org.br/2009/10/28/ola-mundo/> >

A área da radiodifusão comunitária tem 12 anos de oficialização no Brasil e por meio de estudos como este, fica provada a necessidade de se achar um formato de fazer rádio comunitária no país. O desafio é desenvolver um veículo capaz de mobilizar e criar identificação com a comunidade, com a discussão os problemas locais e principalmente, ser atraente. Desde a sua gênese, na radiodifusão livre, a rádio comunitária tem como pressuposto oferecer uma programação diferenciada dos demais veículos de comunicação. Isso deve ser buscado e sempre ter em mente o principal: a comunidade deve ser a prioridade no conteúdo da programação.

REFERÊNCIAS

- ALVES, Rosental Calmon. Radiojornalismo e a linguagem coloquial. In: MEDITSCH, Eduardo (org.). **Teorias do rádio – textos e contextos**. Florianópolis: Insular, 2005. p. 163-168.
- AMARAL, Márcia Franz. **Jornalismo popular**. São Paulo: Contexto, 2006.
- AZEVEDO, Dilvan P. de. **Atores Coletivos e Rádios Comunitárias**: possibilidades de intervenção na agenda de discussão pública. 18 f. Pesquisa realizada na Região Sisaleira da Bahia (Graduação em Comunicação Social) – Curso de Comunicação Social, Universidade do Estado da Bahia, 2005. Disponível em: <http://www.rp-bahia.com.br/biblioteca/pdf/DilvanAzevedo.pdf>. Acesso em: 10/05/2010.
- BAHIA, Lilian Claret Mourão. Potencialidades e limitações de rádios comunitária e educativa da Região Metropolitana de Belo Horizonte, MG/BRASIL. In: SOPCOM, 4, 2005, São Paulo. **Livro de Actas – 4º SOPCOM**. São Paulo: Umesp, 2006. p. 1673-1683. Disponível em: < <http://www.bocc.uff.br/pag/bahia-lilian-potencialidades-limitacoes-radios-comunitaria-educativa.pdf> >. Acesso em: 20/10/2009.
- BAHIA, Lílian Mourão. **Rádios comunitárias**: mobilização social e cidadania na reconfiguração da esfera pública. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2008.
- BALSEBRE, Armand. A linguagem radiofônica. In: MEDITSCH, Eduardo (org.). **Teorias do rádio – textos e contextos**. Florianópolis: Insular, 2005. p. 327-336.
- BARALE, Ana María Peppino. Mujeres indígenas toman la palabra... radiofónica. In: PERUZZO, Cícilia M. Krohling (org.). **Vozes cidadãs**: aspectos teóricos e análises de experiências de comunicação popular e sindical na América Latina. São Paulo: Angellara Editora, 2004. p.157-174.
- BARBOSA FILHO, André. **Gêneros Radiofônicos**: os formatos e os programas em áudio. 2ª ed. São Paulo: Paulinas, 2009.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2002.
- BENETON, Rosana. **Processo de Comunicação e Cultura Local**: um estudo sobre a Rádio Paraitinga, de São Luís do Paraitinga, SP. 174 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Departamento de Cinema, Rádio e Televisão da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Arquivo digital.
- BEZERRA, Rafael Zamorano. **Na onda do bite**: A interlocução entre rádios livre e comunitárias na Internet. 179 f. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Arquivo digital.

BRASIL. Lei nº 9.612, de 19 de fevereiro de 1998. Institui o Serviço de Radiodifusão Comunitária e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n.36, 20 de fev. 1998a. Seção 1, p. 11-12.

_____. Lei nº 2.615, de 3 de junho de 1998. Aprova o Regulamento do Serviço de Radiodifusão Comunitária. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, n.105, 4 de jun. 1998b. Seção 1, p. 10-12.

BRECHT, Bertolt. Teoria do Rádio (1927-1932). In: MEDITSCH, Eduardo (org.). **Teorias do rádio – textos e contextos**. Florianópolis: Insular, 2005. p. 35-46.

CABRAL FILHO, Adilson Vaz. A promoção do desenvolvimento humano pelas rádios comunitárias do Estado do Rio de Janeiro. In: ENCONTRO DA COMPÓS NA UNIP, XVII, 2008, São Paulo. **Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho Economia Política e Políticas de Comunicação**. São Paulo: Unip, 2008. p. 1-15. Disponível em: http://www.compos.org.br/data/biblioteca_335.pdf. Acesso em: 20/09/2009.

_____. Digitalização das rádios comunitárias: quem vai pagar a conta?. **Sete Pontos**, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <http://www.comunicacao.pro.br/setepontos/29/digiradio.htm>; Acesso em: 14/04/2008.

CAMARGO, Jimmy Garcia. **La Radio por dentro y por fuera**. Quito: Ciespal, 1980.

CARDOSO, Carolina Custódio; CABRAL, Adilson. In: XIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste, São Paulo, 2008. A Contribuição das Rádios Comunitárias para o Desenvolvimento Humano: uma Análise de Iniciativas no Estado do Rio de Janeiro. **Anais**. São Paulo: 2008.

CARDOSO, Gentil. **Entrevista concedida ao autor**. Curitiba, 6 de outubro de 2010.

CHANTLER, Paul e HARRIS, Sim. **Radiojornalismo**. Tradução de Laurindo Leal Filho. São Paulo: Summus, 1998.

COELHO NETO, Armando. **Rádio Comunitária não é crime, direito de antena: o espectro magnético como bem difuso**. São Paulo: Ícone, 2002.

COGO, Denise Maria. **No ar... uma rádio comunitária**. São Paulo: Paulinas, 1998.

CUNHA, Mágda. A era pós-mídia desenhada nas rádios livres: o pensamento de Felix Guattari. In: MEDITSCH, Eduardo (org.). **Teorias do rádio – textos e contextos**. Florianópolis: Insular, 2005. p. 209-222.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti; VIÁ, S. C. **Pesquisa empírica em ciências humanas: com ênfase em comunicação**. São Paulo: Futura, 2001.

DEMO, Pedro. **Participação é conquista: noções de política social participativa**. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1999.

FADUL, Anamaria. Hegemonia e contra-informação: por uma nova práxis da comunicação. In: SILVA, Carlos Eduardo Lins (org.). **Comunicação, hegemonia e contra – informação**. São Paulo : Cortez : Intercom, 1982. p. 25-40.

FESTA, Regina. Comunidades Eclesiais de Base e Comunicação. In: SILVA, Carlos Eduardo Lins (org.). **Comunicação, hegemonia e contra – informação**. São Paulo : Cortez : Intercom, 1982. p. 173-190.

FAVARÃO, Ana Carolina Negro. Estudo da Programação da Rádio Comunitária Dinâmica FM de Londrina. In: INTERCOM, XXX, 2007, Santos. **Anais**. Santos: 2007. Arquivo digital.

_____. **Estudo da programação da rádio comunitária Dinâmica FM**. 85 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2006.

FERRARETTO, Luiz Arthur. **Rádio: O Veículo, A História e a Técnica**. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2000.

FUSER, Bruno. A comunicação na construção da cidadania. A comunicação na construção da cidadania. In: FUSER, Bruno (org.); ROLDÃO, Gilberto *et al.* **Comunicação Alternativa: cenários e perspectivas**. Campinas: PUC-Campinas / Centro de Memória da UNICAMP, 2005. p. 9-10.

GHEDINI, Fred. **Nas ondas sonoras da comunidade: a luta pelas rádios comunitárias no Brasil**. São Paulo: Global: Ação Educativa, 2009.

GOMES, Daniel Augusto Vila-Nova. **Rádios comunitárias, serviços públicos e cidadania: uma nova ótica constitucional para a crise dos serviços de (tele)comunicações no Brasil**. São Paulo: LTr, 2009.

GONÇALVES JÚNIOR, Jayme. **Rádio Comunitária em Curitiba**. 53 f. Curitiba: Uniandrade. Monografia (Curso de Comunicação Social – Jornalismo) - Centro Universitário Campos de Andrade, Curitiba, 2007.

GUATTARI, Felix. As rádios livres em direção a uma era pós-mídia. MACHADO, Arlindo; MAGRI, Caio; MASAGÃO, Marcelo. **Rádios Livres: a reforma agrária no ar**. São Paulo: Brasiliense, 1986. p. 9-13.

HAUSMAN, Carl *et al.* **Rádio: produção, programação e performance**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

KAPLÚN, Mario. A natureza do meio: limitações e possibilidades do Rádio. In: MEDITSCH, Eduardo e ZUCULOTO, Valci (org.). **Teorias do rádio – textos e contextos**. Florianópolis: Insular, Vol. II, 2008. p. 81-90.

KIENTZ, Albert. **Comunicação de massa: análise de conteúdo**. Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.

KLÖCKNER, Luciano. Linha do tempo do rádio no Brasil. In: HAUSMAN, Carl *et al.* **Rádio: produção, programação e performance.** São Paulo: Cengage Learning, 2010. p. 459-469.

LIMA, Venício A. de; LOPES, Cristiano Aguiar. Coronelismo eletrônico de novo tipo (1999-2004). **Observatório da Imprensa**, São Paulo, n. 439, 26 junho 2007. Disponível em: <
http://www.observatoriodaimpresa.com.br/download/Coronelismo_eletronico_de_no_vo_tipo.pdf>. Acesso em 29/09/2010.

LORENZON, Adriane. **Poder local no ar: municipalização das rádios comunitárias e fortalecimento de esferas públicas locais no Brasil.** Brasília: Abravídeo, 2009.

MACHADO, Arlindo; MAGRI, Caio; MASAGÃO, Marcelo. **Rádios Livres: a reforma agrária no ar.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

MEDITSCH, Eduardo. **O Rádio na era da informação** – teoria e técnica do novo radiojornalismo. 2ª ed. Florianópolis: Insular, Ed. da UFSC, 2007.

MENDONÇA, Ricardo Fabrino. Jornal comunitário e interações discursivas: entre desigualdades deliberativas e luta por conhecimento. **Intercom – Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 31, n. 1, p. 105-132, jan/jun, 2008.

MCLEISH, Robert. **Produção de rádio: um guia abrangente da produção radiofônica.** São Paulo: Summus, 2001.

NUNES, Márcia Vidal. As rádios comunitárias nas campanhas eleitorais: exercício da cidadania ou instrumentalização (1998-2000). **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n.22, p.59-76, jun. 2004. Disponível em: <
<http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n22/n22a06.pdf>>. Acesso em 10/10/2008.

ORTRIWANO, Gisela Swetlana. **A informação no rádio: os grupos de poder e a determinação dos conteúdos.** São Paulo: Summus, 1985.

_____. De Brecht aos (des)caminhos do radiojornalismo. In: MEDITSCH, Eduardo e ZUCULOTO, Valci (org.). **Teorias do rádio – textos e contextos.** Florianópolis: Insular, Vol. II, 2008. p. 57-68.

PEREIRA G., José Miguel. Comunicación y ciudadanía – apuntes para comprender los procesos de las radios y televisiones locales y comunitarias em Colombia. In: PERUZZO, Cicilia M. Krohling (org.). **Vozes cidadãs: aspectos teóricos e análises de experiências de comunicação popular e sindical na América Latina.** São Paulo: Angellara Editora, 2004. p. 133-156.

PERUZZO, Cicília Maria Krohling. **Comunicação nos movimentos Populares.** Petrópolis: Vozes, 1998a.

_____. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. **Lumina**, Juiz de Fora, v. 1, n. 2, junho. 2007. Disponível em: <<http://ppgcomufjf.bem-vindo.net/lumina/>>. Acesso em: 22 mai. 2010.

_____. Participação das rádios comunitárias no Brasil. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, XXI, 1998, Recife. **Anais**. Recife: 1998b. Arquivo Digital.

_____. Prefácio. In: FUSER, Bruno (org.); ROLDÃO, Gilberto *et al.* **Comunicação Alternativa**: cenários e perspectivas. Campinas: PUC-Campinas / Centro de Memória da UNICAMP, 2005a. p. 7-8.

_____. Rádios comunitárias: entre controvérsias, legalidade e repressão. São Bernardo do Campo: Umesp, 2005b. Disponível em: http://www.ciciliaperuzzo.pro.br/artigos/radio_comunitaria_controversias_legislacao_e_repressao.pdf Acesso em: 05 set. 2008.

ROSA, Juliano; SANCHOTENE, Carlos; ZUCOLO, Rosana. No ar, a comunidade: um estudo de recepção a partir das rádios comunitárias de Santa Maria. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, XXXII, 2009. **Anais**. Curitiba: 2009. CD-ROM.

SILVA, Custódio da. **Entrevista concedida ao autor**. Curitiba, 13 de outubro de 2010.

SILVA, Terezinha. **Gestão e mediações nas rádios comunitárias**: um panorama do estado de Santa Catarina. Chapecó: Argos, 2008.

SOARES, José. **Entrevista concedida ao autor**. Curitiba, 26 de outubro de 2010.

SOUSA, Jorge Pedro. **Elementos de teoria e pesquisa da comunicação e da mídia**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

TEIXEIRA, Graziela Dias. A relação entre rádio comunitária e formação de uma esfera pública. **Sociedade e estado**, Brasília, vol.19, n.1, p.259-260, jan./jun. 2004. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v19n1/v19n1a19.pdf>>. Acesso em: 15/09/2010.

TORRES, Bruno Araújo. Programação nas Rádios Comunitárias. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, XXXIII, 2010, **Anais**. Caxias do Sul: 2010. CD-ROM.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa de ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 2006.

URIBE, Esmeralda Villegas. Alto-falantes: formas autônomas de expressão e de desenvolvimento local. In: PERUZZO, Cicília M. Krohling (org.). **Vozes cidadãs**: aspectos teóricos e análises de experiências de comunicação popular e sindical na América Latina. São Paulo: Angellara Editora, 2004. p. 113-132.

VENTURA, Gláucia Conceição. Rádios Comunitárias: análise comparativa entre Brasil e Canadá. In: Congresso Anual em Ciência da Comunicação, XXVI, 2003, **Anais**. Belo Horizonte: 2003. Arquivo Digital.

VOLPATO, Marcelo de Oliveira. Rádios Comunitárias do interior paulista: uma proposta de pesquisa da região de Bauru. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, XXXII, 2009. **Anais**. Curitiba: 2009. CD-ROM.

ZUCULOTO, Valci. Debatendo com Brecht e sua Teoria do Rádio. In: MEDITSCH, Eduardo (org.). **Teorias do rádio – textos e contextos**. Florianópolis: Insular, 2005. p. 47-60.

ANEXO

Relação das entidades autorizadas a ter rádio comunitária em Curitiba-PR



Ministério das Comunicações
Secretaria de Serviços de Comunicação Eletrônica
Coordenação de Radiodifusão Comunitária - CORAC
Rádio Comunitária - RADCOM

Relação de Entidades Autorizadas - Brasil

UF	Município	Processo Nº	Aviso	Status	Entidade	Latitude	Longitude	Endereço	bairro	cep	Nome Representante
PR	Corbélia	53740.000954/98	4	LDE	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO CULTURAL E ARTÍSTICO DE CORBÉLIA	2454822	53W1808	Avenida Minas Gerais, 57-Sala 07	Centro	85420000	Cleudir Todi
PR	Camelo	53000.010560/04	19	LDD	Associação Comunitária de Desenv. Cultural, Art. e Social de Camello	2351119	50W3848	Rua Alagoas - nº 760	Centro	86300000	LUIZ APARECIDO DOS SANTOS
PR	Coronel Domingos Soares	53100.000133/04	19	LDE	ASSOCIAÇÃO DE RÁDIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE CORONEL	2851348	52W0149	RUA PEDRO FERREIRA DE ALM	CENTRO		ALBERTO KNOL SEISEN
PR	Itaipu	53740.000246/00	19	LDE	Associação Comunitária Cultural e Artística de Cruzeiro do Itaipu	2853664	53W0724	Rua Itaipu - s/nº	Centro	86698000	Adriano Augusto Schneider
PR	Cruzeiro do Oeste	53740.000346/02	16	LDE	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE CRUZEIRO DO OESTE	2384700	53W0418	Rua Edmund Merner, nº 505		87400000	José Benito Almadoivas Rodrigues
PR	Curitiba	53740.001624/98	4	LDE	ASSOCIAÇÃO CRISTA DE AÇÃO SOCIAL E COMUNITÁRIA DO CALURU	2852767	49W1206	Rua Amador Bueno, 1163	Vila Centenário	82960020	José Renato Pasqualim Bozza
PR	Curitiba	53740.001740/98	6	LDE	ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO BAIRRO NOVO SÍTIO CERCADO	2853234	49W1542	Rua São José dos Pinhais, 1244	Novo Sítio Cercado	81316220	Genil Correa Cardoso
PR	Curitiba	53740.000606/99	6	LDD	SOCIEDADE CIVIL BOCA MALDITA	2852566	49W1623	Avenida Luiz Xavier - Galeria Tjuc	Centro	80030090	Arturino Fonseca de Siqueira
PR	Curitiba	53740.000663/99	6	AUT	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RÁDIODIFUSÃO SUL CURITIBA	2853110	49W1743	Avenida Winston Churchill, 2.630	Pinhelinho	81150060	Romário Gubert
PR	Curitiba	53740.000717/99	6	LDE	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA CULTURAL E ARTÍSTICA FOLHA DO BOQUEIRÃO	2852986	49W1440	Rua Professora Maria Assunção Boqueirão	Boqueirão	81670010	Marcelo Denizio Bernatchuk Galowicz
PR	Curitiba	53740.000213/99	6	LDE	CENTRO DE ATENDIMENTO COMUNITÁRIO SÃO JORGE - CEACOM	2853137	49W2317	Rua Santa Fé, nº 76	Cidade Industrial	81170190	Ney Dias Lopes
PR	Curitiba	53100.000854/04	19	DEC	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DA RÁDIO STUDIO DE CURITIBA	2450167	50W2730	Rua Anita Guerreiro Freitas, 97	Centro	84280000	IRANCOLINO LACERDA
PR	Diamante do Norte	53740.000103/02	15	LDE	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE DIAMANTE DO NORTE	2253985	52W6146	Rua Reynaldo Maasi, 259	Centro	87990000	Luz Eduardo Gonzaga
PR	Diamante do Oeste	53740.000917/98	7	LPE	ASSOCIAÇÃO DESENVOLVIMENTO CULTURAL ARTÍSTICO DE DIAMANTE DO OESTE	2456648	54W0611	Avenida Paraná, 606	Centro	86896000	Sandro Rogério Buas
PR	Dois Vizinhos	53740.000896/99	7	LDE	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DESENVOLVIMENTO ECOLÓGICO E CULTURAL DOS VIZINHOS - PR	2854469	53W0320	Rua Domingos Bastos, s/nº - Cer	Centro	86680000	Jonesmar Galvan
PR	Douradina	53000.000256/03	19	LPA	Associação Comunitária e Cultural de Douradina	2352281	53W1739	Rua Anchieta, s/n	Centro	87456000	Edinéia Herbeck

Sexta-feira, 15 de Outubro de 2010.